

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

FILIPPE BUCHHOLZ

**INCENTIVO AO CONSUMO E CRESCIMENTO ECONÔMICO
BRASIL 2003 - 2010**

**Porto Alegre
2016**

FILIPPE BUCHHOLZ

**INCENTIVO AO CONSUMO E CRESCIMENTO ECONÔMICO
BRASIL 2003 - 2010**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Octávio Augusto Camargo Conceição.

Porto Alegre

2016

FILIFE BUCHHOLZ

**INCENTIVO AO CONSUMO E CRESCIMENTO ECONÔMICO
BRASIL 2003 - 2010**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, 01 de dezembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Octávio Augusto Camargo Conceição - Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Flávio Vasconcellos Comim
UFRGS

Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Octávio Augusto Camargo Conceição, pela dedicação, pelo auxílio e pela paciência empregados, que foram fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Agradeço aos professores Dr. Flávio Vasconcellos Comim e Dr. Leonardo Xavier da Silva por terem aceito o convite para participar da banca.

Agradeço aos meus pais pelo apoio incondicional, pelos ensinamentos que me passaram durante toda a vida e, principalmente, por servirem de exemplo, no qual me espelho para me tornar um homem melhor. Pais maravilhosos, a quem sou eternamente grato por tudo.

Agradeço à minha namorada pelo suporte, pela paciência, pelo incentivo e pela companhia, tão importantes que fizeram com que os momentos mais difíceis fossem encarados e ultrapassados com tranquilidade.

Por fim, agradeço aos meus amigos, àqueles que me acompanham desde os tempos de criança e àqueles que conquistei na UFRGS, por terem tornado o período da graduação ainda mais agradável.

RESUMO

O presente trabalho se propõe a analisar a expansão da economia brasileira durante o período de 2003 a 2010, com o intuito de verificar se o consumo pode liderar o crescimento econômico para além de um curto espaço de tempo. O Princípio da Demanda Efetiva, tanto *keynesiana* quanto *kaleckiana*, destacam a importância do consumo ao colocá-lo como norteador dos investimentos capitalistas e sua taxa de expansão seria impulsionada com elevações na renda e no poder de compra dos trabalhadores. Políticas monetária e fiscal voltadas a esse fim foram adotadas no Brasil a partir de 2004, com conseqüente expansão do mercado interno, aumento da taxa de consumo e crescimento econômico. Entretanto, o ciclo expansionista foi interrompido, revelando que o consumo, como componente da demanda agregada, é incapaz de sustentar uma expansão econômica duradoura e, pela perspectiva novo-desenvolvimentista, caberia aos investimentos no setor exportador evitar desequilíbrios no balanço de pagamentos para que exista um crescimento econômico sustentável e de longo prazo.

Palavras-chave: Consumo. Política Econômica. Crescimento Econômico.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to analyze the expansion of the Brazilian economy during the period between 2003 and 2010, in order to confirm if consumption is able to lead to economic growth beyond a short amount of time. The Principle of Effective Demand, in both *Keynesian* and *Kaleckian* bias, stresses the importance of consumption, considering it as the guidance to capitalist investments and assuming that its expansion rate would improve income and the population's purchasing power. From 2004, monetary and fiscal policies with this aim were adopted in Brazil, resulting in expansion of domestic market, consumption improvement and economic growth. However, the expansionist cycle was interrupted, showing us that consumption, as a component of the aggregate demand, is unable to sustain a permanent economic expansion. By the New Developmentalist perspective, the export sector's investments would be responsible to avoid a deficit of the balance of payments, ensuring a sustainable long term economic growth.

Keywords: Consumption. Economic Policy. Economic Growth.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Consumo e RNB per capita – EUA: 1971 a 1978.....	22
Gráfico 2 – Consumo e RNB per capita – Japão: 1971 a 1979.....	23
Gráfico 3 – Consumo e RNB per capita – Alemanha: 1971 a 1979.....	24
Gráfico 4 – Consumo e RNB per capita – França: 1971 a 1979.....	25
Gráfico 5 – Consumo e RNB per capita – Itália: 1971 a 1980.....	26
Gráfico 6 – Consumo e RNB per capita – Reino Unido: 1983 a 1989.....	27
Gráfico 7 – Consumo e RNB per capita – África do Sul: 2000 a 2007.....	28
Gráfico 8 – Consumo e RNB per capita – Rússia: 2001 a 2008.....	29
Gráfico 9 – Consumo e RNB per capita – Índia: 2003 a 2010.....	30
Gráfico 10 – Emissão de moeda – Brasil: 2003 a 2010.....	40
Gráfico 11 – Evolução da taxa SELIC – Brasil: 2003 a 2010.....	41
Gráfico 12 – Variação do crédito consignado – Brasil: 2003 a 2010.....	43
Gráfico 13 – Variação da RNB per capita – Brasil: 2003 a 2010.....	47
Gráfico 14 – Variação da taxa de consumo – Brasil: 2003 a 2010.....	48
Gráfico 15 – Endividamento das famílias – Brasil: 2005 a 2010.....	49
Gráfico 16 – Variação das taxas de desemprego e inflação (IPCA) – Brasil: 2003 a 2010.....	50
Gráfico 17 – Variação do PIB e da taxa de consumo – Brasil: 2003 a 2010.....	51
Gráfico 18 – Percentual do consumo em relação ao PIB e variação do PIB – Brasil: 2003 a 2010.....	52

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1: Ciclo e Tendência do PIB – Teoria Clássica.....	13
Figura 2: Equilíbrio no Mercado de Moeda.....	33
Figura 3: Uma Injeção de Moeda na Economia.....	34
Figura 4: O Efeito Multiplicador.....	37
Tabela 1: Percentual de crédito tomado em relação ao PIB – Pessoa Física – Brasil: 2003 a 2010.....	42
Tabela 2: Valorização do salário mínimo – nominal e real – Brasil: 2002 a 2010.....	44
Tabela 3: Recursos destinados e famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família: 2004 a 2010.....	45

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 O CONSUMO NAS TEORIAS DE CRESCIMENTO ECONÔMICO E A PROPENSÃO MARGINAL A CONSUMIR.....	11
2.1 Crescimento puxado pela oferta.....	11
2.2 Crescimento puxado pela demanda.....	13
2.3 Propensão marginal a consumir.....	17
3 RELAÇÃO ENTRE CONSUMO, RENDA E CRESCIMENTO NO MUNDO.....	21
3.1 Estados Unidos.....	22
3.2 Japão.....	23
3.3 Europa.....	23
3.4 BRICS.....	28
4 POLÍTICAS MONETÁRIA E FISCAL.....	32
4.1 Política Monetária.....	32
4.2 Política Fiscal.....	36
5 CRESCIMENTO E INCENTIVO AO CONSUMO: GOVERNO LULA 2003 – 2010.....	39
5.1 Herança e panorama do primeiro ano de governo.....	39
5.2 Incentivo ao consumo via política econômica.....	40
5.3 Expansão do consumo e crescimento econômico.....	47
6 CONCLUSÃO.....	53
REFERÊNCIAS.....	56

1 INTRODUÇÃO

O Brasil apresentou durante sua história períodos em que o consumo foi o principal condutor da expansão econômica, alcançando elevados índices de crescimento do PIB, tendo o mais recente ocorrido durante os anos de 2003 e 2010. Dois fatores foram preponderantes para que o consumo apresentasse altas taxas que possibilitaram a expansão da economia brasileira verificada no período: a estabilidade econômica resultante da implementação do Plano Real em meados da década de 1990; e as políticas monetária e fiscal postas em prática pelo Governo Federal.

Segundo economistas, durante o Governo Lula (2003 – 2010) houve um crescimento expressivo dos gastos em consumo de bens e serviços, principalmente a partir de 2004. Para Gilmar Mendes Lourenço (2015), por exemplo, esse ciclo de expansão priorizando o consumo como forma de aquecer a economia é consequência primeira da estabilização da inflação proporcionada pela adoção do plano Real, mas também da política adotada pelo Estado, ao introduzir ações de valorização do salário mínimo e de transferência de renda e da maior disponibilidade de crédito, em especial do crédito consignado.

O conceito de crescimento econômico é bastante debatido e por vezes confundido com o conceito de desenvolvimento econômico. Conforme Bresser-Pereira (2008; 2014), para algumas correntes de pensamento, o desenvolvimento econômico deve ser seguido de uma mudança estrutural ampla, atingindo vários setores da sociedade, como social, político e ambiental; enquanto que o crescimento econômico implicaria apenas na elevação da renda per capita de uma nação. Entretanto, ainda de acordo com Bresser-Pereira (2008; 2014), uma distinção entre os conceitos é desnecessária, pois a regra é que a ampliação da renda per capita esteja associada, mesmo que em um segundo momento, a mudanças estruturais, salvo em situações onde há um enclave econômico ou a existência de Doença Holandesa, mas estes casos seriam exceções. Dessa forma, assumindo que crescimento e desenvolvimento podem ser “sinônimos”, a melhor forma de medi-los é por meio da renda per capita e, conseqüentemente, pela variação do PIB no plano agregado.

Diante disso, através do método de indução, o objetivo deste trabalho, então, é analisar se o consumo é capaz de sustentar o crescimento econômico além de um

curto espaço de tempo. Para tal, utilizamos uma análise bibliográfica sobre crescimento puxado pela oferta e puxado pela demanda para entender como o consumo se encaixa na dinâmica econômica e sobre os tipos de políticas que influenciaram o consumo no Brasil e quais os seus efeitos. Por meio de dados observamos como um aumento nas taxas de consumo impactam na atividade econômica de algumas das principais economias do mundo.

O presente trabalho está dividido em quatro capítulos, além desta introdução e de uma conclusão. O primeiro capítulo enfoca como o consumo é discutido dentro das teorias econômicas, em especial Keynes e Kalecki. No segundo capítulo é analisado como as variações no consumo e na renda média se comportaram em alguns países do mundo. O terceiro capítulo é destinado aos instrumentos disponíveis ao Estado, de forma genérica, para alterar as taxas de consumo de um país. No quarto e último capítulo, damos ênfase a que políticas de incentivo ao consumo foram utilizadas no Brasil, entre 2003 e 2010, e quais as consequências dessas políticas na macroeconomia brasileira. Por fim, há uma conclusão sobre a expansão econômica puxada pelo consumo.

2 O CONSUMO NAS TEORIAS DE CRESCIMENTO ECONÔMICO E A PROPENSÃO MARGINAL A CONSUMIR

Os primeiros teóricos macroeconômicos, tanto clássicos quanto neoclássicos, acreditavam, conforme Bresser-Pereira, Marconi e Oreiro (no prelo), que eram a acumulação de fatores de produção (capital e trabalho) e o aumento da produtividade do trabalho, via tecnologia, que determinavam o crescimento econômico. Temos aqui a Lei de Say como modelo que sintetiza esse pensamento, ao concluir que toda a oferta cria sua demanda.

Segundo Bresser-Pereira (1976), Keynes refuta esse tipo de pensamento, e passou a analisar a atividade econômica a partir da demanda agregada, formulando o seu Princípio da Demanda Efetiva, onde a expectativa de consumo futuro é a base para os investimentos, que por sua vez é o responsável pela dinâmica econômica. Kalecki, conforme Possas (1999) também partiu da ideia de demanda efetiva para desenvolver sua análise, mesmo que com algumas diferenças em relação à *keynesiana*.

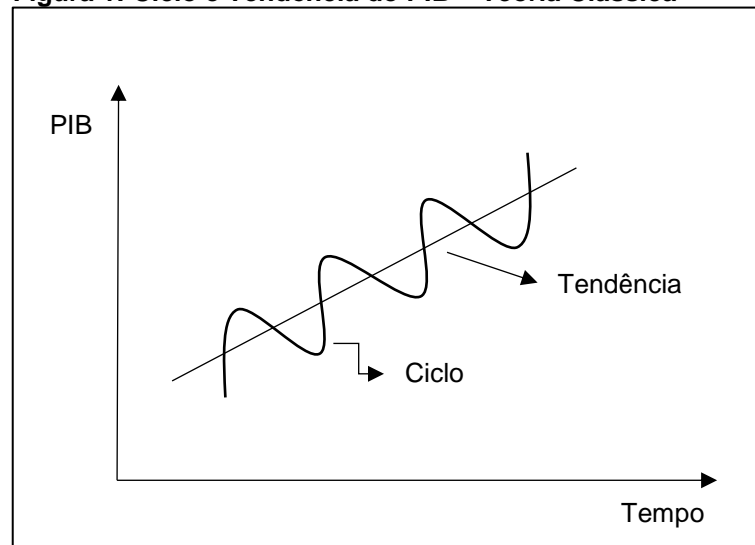
O consumo foi bastante considerado por Keynes, que, inclusive, apontou o subconsumo como o principal motivo das crises econômicas. Ao teorizar sobre a propensão marginal a consumir, elencou os fatores objetivos e subjetivos que levam os indivíduos a tomar a decisão entre poupar ou consumir bens e serviços, tendo como base para isso a Lei Psicológica Fundamental e a Teoria da Preferência pela Liquidez.

2.1 Crescimento puxado pela oferta

A suposição principal da macroeconomia Clássica é que o crescimento no longo prazo é determinado exclusivamente pela oferta agregada. De acordo com Bresser-Pereira (1976), nesse modelo de pensamento, o mundo é regido por “leis naturais”, as quais ao funcionarem livremente farão com que o mercado alcance os melhores resultados possíveis. Há dois pressupostos fundamentais para a validação do pensamento Clássico: preços e salários são flexíveis e a moeda não é utilizada para fins de entesouramento. A partir disso, podemos concluir que inexistem a possibilidade de crises de subprodução e superprodução e que o mercado sempre atuará no pleno emprego no longo prazo.

O pressuposto de preços e salários flexíveis serve como um instrumento para a manutenção do equilíbrio no modelo. Supondo que haja uma queda na produção de mercadorias, acarretará em uma retração da atividade econômica e desemprego. Nesse instante, os preços e salários se ajustarão – nesse caso para baixo – para que a procura por bens volte a aumentar, reaquecendo a economia e reestabelecendo o pleno emprego. Já o pressuposto do não entesouramento da moeda surge a partir da irracionalidade dessa ação, ou seja, ao manter consigo certa quantidade de recursos, sem que esses estejam aplicados em ativos fixos ou títulos, não haveria incidência de juros sobre eles e os capitalistas estariam deixando de ganhar rendimentos. Na teoria Clássica, os indivíduos têm interesse na posse da moeda principalmente para fins transacionais.

Esses dois pressupostos são a base da teoria formulada por Say. Segundo Bresser-Pereira (1976), o modelo de Say partia do princípio de que toda produção gera uma remuneração, que por sua vez torna-se, imediatamente, procura por outros bens. É a ideia de que toda a oferta cria a sua demanda. Para Say, os indivíduos só produzem se tiverem o intuito de obter renda para consumir, seja bens de consumo ou bens de investimento, e o aumento da demanda depende única e exclusivamente da expansão da produção. A Lei de Say também acredita que os desequilíbrios no mercado são apenas transitórios e rapidamente corrigidos. Caso o desequilíbrio em algum setor seja originado por um excesso de oferta, esse setor volta ao equilíbrio pela flexibilidade dos preços, fazendo com que a demanda absorva essa superprodução, colocando o mercado novamente em equilíbrio.

Figura 1: Ciclo e Tendência do PIB – Teoria Clássica

Fonte: Bresser-Pereira, Marconi e Oreiro (no prelo).

A figura 1 nos mostra de forma sucinta como a oferta e a demanda eram caracterizadas pelos clássicos. A oferta agregada determinaria a tendência do crescimento econômico, enquanto a demanda agregada seria responsável pelos ciclos, que seriam as flutuações em torno da tendência de crescimento. Isso quer dizer que todo e qualquer avanço do PIB é independente da procura por bens e serviços.

Em resumo, a variação da renda que é destinada ao consumo é explicada totalmente pelo lado da oferta. Quanto maior for a produção de bens, maior é a renda gerada, maior o gasto em bens de consumo e bens de investimento e maior é o crescimento econômico. E a variação da oferta agregada depende das quantidades de trabalho e capital empregadas, dos recursos naturais e do nível de desenvolvimento tecnológico.

2.2 Crescimento puxado pela demanda

Keynes foi um dos primeiros teóricos a dar ênfase à demanda agregada como responsável pelo crescimento econômico e a explicar o comportamento do consumo dentro da dinâmica econômica, mesmo que sua determinação seja subordinada à decisão de investir. Em seu modelo, tratou-o como objetivo final da atividade econômica, derivando dele – ou de sua expectativa – o nível de investimento e, conseqüentemente, do emprego e da renda.

A importância do consumo no ciclo econômico do modelo *keynesiano* é descrita por Bresser-Pereira de modo que “as crises econômicas são causadas pelo subconsumo, pelo excesso de poupanças, que não têm sua contrapartida em investimentos” (1976, p.37). Portanto, deve ser incentivado, inclusive, por parte do Estado em tempos de recessão, via política econômica.

A teoria econômica *keynesiana* é estruturada a partir do Princípio da Demanda Efetiva, valendo destacar aqui, que não se trata da demanda realizada, mas sim da demanda esperada (KLAGSBRUNN, 1996). Ou seja, é a partir da expectativa, por parte dos empresários, de quanto será o gasto em consumo que é definido o montante a ser destinado no investimento produtivo, quer seja em capital ou mão de obra. A expectativa pelo gasto futuro no consumo de bens e serviços para então destinar os recursos a serem alocados na produção e dar dinamismo à economia dá o caráter *ex ante* à Demanda Efetiva.

Justamente pelo caráter *ex ante* da demanda efetiva *keynesiana*, o montante dispendido em investimento é considerado como o gasto autônomo do modelo. São as expectativas de lucros dos capitalistas que determinam o emprego e a renda, muito embora o consumo tenha papel fundamental na dinâmica econômica ao ser a base para a fundamentação dessas expectativas. Assim, Klagsbrunn (1996), afirma que Keynes, corretamente, coloca os capitalistas como o principal agente dentro do modelo e responsável pelo crescimento econômico.

A determinação da quantidade de mão de obra a ser empregada pelos empresários em um determinado momento é resultado da quantidade esperada de recursos que será realizada em consumo e em investimento. Isto é, ao definir expectativas quanto aos lucros futuros, ocorre o investimento produtivo e uma quantidade específica de trabalhadores é empregada, sendo pagos salários em moeda. Com maior renda e lucros, cabe aos empregados e aos empregadores, respectivamente, a decisão de consumir ou poupar. Quanto maior for a parcela da renda que é consumida, maiores serão as expectativas de lucros dos empresários em um momento posterior, criando, a partir da revisão das expectativas passadas, uma espiral de crescimento econômico ao investirem mais recursos no próximo ciclo de produção.

Sendo a oferta agregada definida no ponto de partida da análise, no momento onde os capitalistas esperam maximizar seus lucros, a demanda agregada – efetiva –

é definida ao mesmo tempo. Isso é possível pois Keynes pressupõe que todas as expectativas de curto prazo (demanda agregada) são realizadas e todos os lucros são auferidos.

Outro autor que utilizou o Princípio da Demanda Efetiva em seu modelo de crescimento econômico foi Kalecki, que junto com Keynes foram os principais teóricos do crescimento puxado pela demanda agregada. Entretanto, há três diferenças principais quanto ao consumo em relação à análise *keynesiana*, embora em uma delas haja discordância. A primeira, que gera discussão, é com relação a variável autônoma do modelo; a segunda é com relação ao caráter *ex post* da demanda efetiva *kaleckiana*; e a terceira diz respeito a propensão marginal a consumir e o determinante do consumo.

João Heraldo Lima (1983) afirma que a variável autônoma, tanto em Kalecki quanto em Keynes, é o investimento ao dizer que “em ambos os autores, o investimento surge como processo autoexplicativo e autossustentável; gera os fundos necessários a sua própria existência e reflete a própria natureza do processo de demanda agregada.” (1983, p.96). Porém, Mario Luiz Possas (1999) contesta essa afirmação quando coloca o consumo dos capitalistas como único gasto autônomo possível em uma transação mercantil, sendo esse o motivo do caráter *ex post* da Demanda Efetiva.

A argumentação de Possas (1999) permite explicar o caráter *ex post* do modelo de Kalecki, a segunda divergência em relação ao que fora proposto por Keynes. Possas explica que os capitalistas não podem decidir o quanto irão ganhar, apenas podem decidir o quanto vão gastar. Quer dizer, são os gastos em consumo dos capitalistas em um momento inicial que determinam a renda e os lucros dos empresários e, portanto, o investimento em um período posterior. Se toda a renda prévia individual destinada ao consumo gera uma receita de igual proporção, significa que, ao agregarmos, podemos dizer que é o total de gastos que determina o total da renda.

A última divergência entre os modelos é que para Kalecki, o consumo não é função exclusiva da renda, tratada como uma variável de fluxo, mas sim do poder de compra, uma variável de estoque, que é influenciado pela renda prévia e por outros instrumentos do mercado, principalmente pelo crédito. Outro ponto defendido por Kalecki é que toda a renda dos trabalhadores é consumida e apenas os empresários

podem decidir entre gastar e poupar. Sendo assim, a propensão marginal a consumir dos indivíduos é igual a 1, enquanto que para Keynes, como veremos mais adiante, devido à Lei Psicológica Fundamental e à Teoria da Preferência pela Liquidez, os indivíduos preferiam manter uma certa parte da renda em forma de poupança e a propensão marginal a consumir era menor do que 1.

A decisão quanto ao nível de investimento dos empresários na teoria *kaleckiana* está ligada a três pontos, segundo Possas (1999):

- a) Ao nível de atividade, ou seja, refere-se ao reinvestimento dos lucros auferidos em períodos passados;
- b) À variação do nível de atividade, que aqui está ligada à variação das taxas de lucros; e
- c) A componentes exógenos, relativos a investimentos destinados a outras áreas de atividade que não sejam a mesma da qual os lucros foram retirados. Isto vai depender da introdução de inovações tecnológicas e das mudanças estruturais na economia.

Interessante ressaltar que Kalecki não inclui na sua teoria as expectativas e a taxa de juros como determinantes do investimento, tão exploradas por Keynes. Possas critica o fato de Kalecki não ter introduzido o conceito de expectativa em seu modelo, no entanto expõe a ideia de que:

“...seu modelo [*kaleckiano*] é inteiramente compatível com a adoção de uma hipótese de expectativas que hoje seriam chamadas de ‘adaptativas’...ao conter implicitamente projeções e/ou correções das expectativas em função de resultados de mercado recém observados.”. (POSSAS, 1999, p. 34)

Quanto à taxa de juros, Kalecki explica sua ausência ao acreditar que no longo prazo sua tendência seja de estabilidade, o que não afetaria a decisão de investir.

Tanto Keynes quanto Kalecki, principais teóricos do crescimento puxado pela demanda agregada, deram ao consumo uma importância dentro da atividade econômica. Por servir de base para as decisões de investimento ou por ser

determinante da renda dos empresários, inicia-se por essa variável um ciclo de prosperidade. Enquanto para Kalecki toda a renda dos trabalhadores é consumida, para Keynes há a possibilidade de decisão entre consumo e poupança, inclusive para os empregados. A partir disso, Keynes analisou, com base na propensão marginal a consumir, como e porque os indivíduos tomam essas decisões.

2.3 Propensão marginal a consumir

A propensão marginal a consumir *keynesiana* é fundamentada, como dito anteriormente, em cima dos conceitos da Lei Psicológica Fundamental e da Teoria da Preferência pela Liquidez. A primeira, partindo do conhecimento da natureza humana, diz que o gasto em consumo de um indivíduo tende a aumentar conforme a sua renda é elevada, mas em uma proporção menor, principalmente no curto prazo, onde os hábitos das pessoas não têm tempo de se adaptar às mudanças que os influem objetivamente (KEYNES, 2010, p.113). A segunda diz que, por ser a moeda o ativo mais líquido disponível na economia, os indivíduos tendem a poupar uma parcela da renda na forma desse ativo, precavendo-se de eventuais variações negativas na entrada de recursos.

Em resumo, dado um determinado nível de renda, os indivíduos tomam uma decisão, qual seja, entre consumir e poupar, e conforme esse nível de renda é elevado os gastos com consumo também o são, mas em nível proporcionalmente menor.

Para a determinação da propensão a consumir dos indivíduos, Keynes enumera seis hipóteses, também chamadas de fatores objetivos, e outras oito chamadas de fatores subjetivos.

Em seu capítulo 9 da *Teoria Geral* (2010, pp.123-127), os fatores subjetivos são apenas listados, sem maiores explicações. São eles:

- 1) Precaução – reserva monetária pra imprevistos futuros;
- 2) Previdência – antecipação de uma variação na relação entre consumo e renda visando as despesas não existentes atualmente, como as que se referem à velhice e à educação dos filhos;
- 3) Cálculo – usufruir dos juros sobre os rendimentos, vislumbrando um maior consumo no futuro;

- 4) Melhoria – ao aspirar um nível de vida melhor com o passar do tempo, os gastos aumentam de forma gradual, mesmo que haja privação de satisfação em um primeiro momento;
- 5) Independência – apenas pela sensação de poder gastar;
- 6) Iniciativa – reserva monetária com o intuito de aplicação em projetos especulativos ou econômicos;
- 7) Orgulho – deixar fortuna para gerações posteriores; e
- 8) Avareza – simples fato de gastar por gastar, sem motivos para tal.

Já os fatores objetivos, descritos no capítulo 8 da *Teoria Geral* (2010, pp.107-122), são alvo de maior detalhamento, quais sejam:

- 1) Uma variação da unidade de salário

O consumo está intimamente ligado ao rendimento real dos indivíduos pois, caso haja variação nos salários nominais, tanto os gastos com consumo como os preços irão variar na mesma proporção, não alterando a relação entre o que é consumido e o montante dispendido para tal.

- 2) Uma variação da diferença entre rendimento e rendimento líquido

Todo o aumento no rendimento que não se converta em rendimento líquido não é considerado pelo trabalhador no momento da decisão de consumir. Um aumento de rendimento seguido por aumento de despesas faz com que o rendimento líquido fique estável, sendo o aumento sem efeito na propensão a consumir.

- 3) Variações excepcionais imprevistas dos valores do capital não consideradas no cálculo do rendimento líquido

Qualquer variação imprevista no valor patrimonial do indivíduo impacta na decisão de consumir ou não. Este fator teria influência, principalmente, na classe detentora da riqueza, visto que não há relação direta com os rendimentos fruto do trabalho.

- 4) Variações da taxa de desconto intertemporal, isto é, da relação de troca entre os bens presentes e os bens futuros

Para facilitar a explicação, Keynes aproxima esta taxa à taxa de juros. Porém, refuta enfaticamente a Teoria Clássica da taxa de juros, com o

argumento de que pequenas alterações não acarretariam na mudança dos hábitos dos consumidores. No entanto, conforme já explicado no ponto anterior, a taxa de juros influencia a variação dos preços mobiliários e de outros ativos, norteando a tendência ao consumo no momento atual. Keynes cita neste ponto que a incerteza quanto ao futuro pode levar a mudanças na propensão a consumir.

5) Variações da política orçamental

A política fiscal governamental pode ter tanto impacto quanto à taxa de juros no momento da decisão entre consumir e poupar. Uma política que vise a distribuição de renda fará com que a propensão a consumir aumente. Por outro lado, Keynes faz alusão à criação de fundos de amortização por parte do governo, que seriam uma espécie de poupança coletiva visando a quitação de dívidas estatais, como uma forma de política que traria uma redução no consumo das famílias.

6) Modificações das expectativas acerca da relação entre os níveis presentes e futuros do rendimento

Este ponto é visto por Keynes como incerto demais para modificar os hábitos de consumo dos indivíduos. Entretanto, é inegável, ainda segundo o autor, que o consumo varie quando o indivíduo enxerga a possibilidade de variação nos seus rendimentos.

Expostos os fatores, fica claro que o montante que será destinado aos gastos com o consumo de bens e serviços depende principalmente do montante do rendimento das pessoas, chamado de renda social. Neste ponto, vale lembrar, pela Lei Psicológica Fundamental, que a proporção da variação do rendimento real que é convertida em consumo aumenta conforme a renda cresce, mas a uma taxa menor.

Por outro lado, caso os rendimentos decresçam, não necessariamente o consumo tende a diminuir, pelo contrário. Num primeiro momento, montantes acumulados em tempos passados, conforme a Teoria da Preferência pela Liquidez, podem ser destinados ao consumo. Outra forma de manter o consumo a um nível superior aos rendimentos vem da assistência governamental como, por exemplo, auxílio financeiro aos desempregados. Isto significa que, quando há diminuição na

oferta de emprego, a taxa de consumo cai em uma velocidade inferior à taxa de queda nos rendimentos.

A afirmação dos clássicos de que o crescimento econômico é determinado pela oferta agregada perdeu força ao se mostrar ineficiente em momentos de crise. Por outro lado, o argumento de que o crescimento é puxado pela demanda se mostra mais coerente, afinal, conforme Kaldor (como citado em Bresser-Pereira, Marconi, Oreiro, no prelo), os meios de produção são eles mesmos bens produzidos num sistema e os investimentos para sua produção não podem ser independentes de uma demanda prévia.

3 RELAÇÃO ENTRE CONSUMO, RENDA E CRESCIMENTO NO MUNDO

Conforme vimos nas teorias *keynesiana* e *kaleckiana*, o consumo é função direta ou indireta da renda dos indivíduos. Nesse capítulo, então, veremos, com base em dados¹, como a renda per capita variou nos períodos em que a taxa de consumo teve seu maior crescimento em alguns países. Ainda, verificaremos se há ou não relação direta entre a taxa de crescimento do PIB e o percentual do consumo na composição total do PIB nos mesmos períodos e países.

Serão analisados os casos das principais economias do mundo, como Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França e Itália. Além dessas, também os países do BRICS², por formarem, junto com o Brasil, um grupo político de cooperação econômica. A relação entre crescimento e consumo na economia brasileira será analisada de forma mais específica no último capítulo deste trabalho.

As variáveis que serão observadas neste capítulo são taxa de crescimento do consumo dos lares³, taxa de crescimento da RNB per capita⁴, taxa de crescimento do PIB⁵ e participação do consumo per capita na composição do PIB⁶.

¹. Dados retirados da Penn World Table 7.1 e da Penn World Table 9.0. Penn World Table é um banco de dados com informações sobre os níveis relativos de renda, produção, insumos e produtividade, cobrindo 182 países entre 1950 e 2014. Disponibilizado pela University of Gröningen, Holanda. Elaborado através de dados oficiais dos países.

². A China foi excluída da análise por apresentar duas bases de dados, totalmente distintas entre si.

³. Household final consumption expenditure consists of the expenditure, including imputed expenditure, incurred by resident households on individual consumption goods and services, including those sold at prices that are not economically significant.

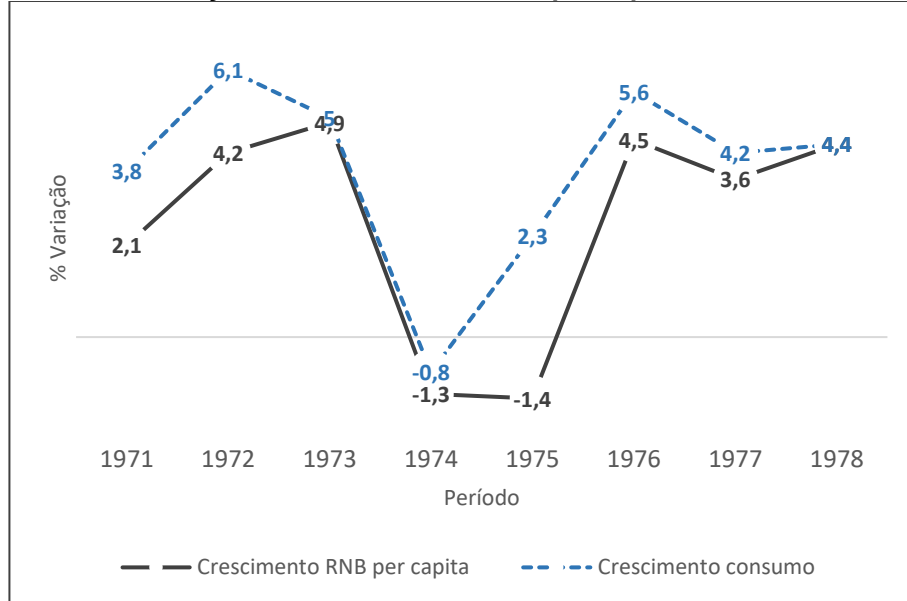
⁴. GNI per capita is gross national income divided by midyear population. GNI (formerly GNP) is the sum of value added by all resident producers plus any product taxes (less subsidies) not included in the valuation of output plus net receipts of primary income (compensation of employees and property income) from abroad.

⁵. Annual percentage growth rate of GDP at market prices based on constant local currency. Aggregates are based on constant U.S. dollars. GDP is the sum of gross value added by all resident producers in the economy plus any product taxes and minus any subsidies not included in the value of the products. It is calculated without making deductions for depreciation of fabricated assets or for depletion and degradation of natural resources.

⁶. Consumption Share of PPP Converted GDP Per Capita at 2005 constant prices [rgdpl].

3.1 Estados Unidos

Gráfico 1: Variação do consumo e da RNB per capita – EUA: 1971 a 1978.



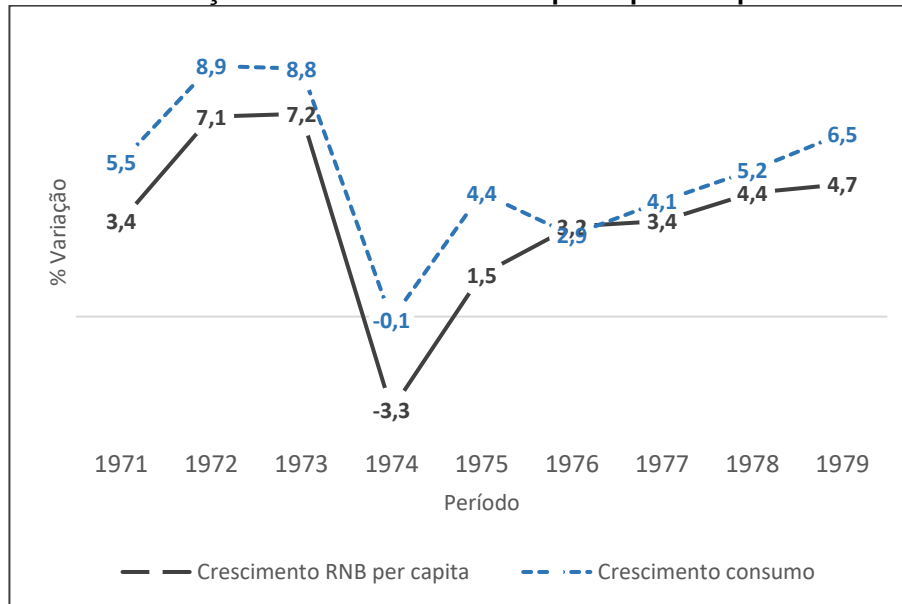
Fonte: Penn World Table 9.0. Elaboração própria (2016).

O período de maior crescimento da taxa de consumo nos Estados Unidos foi entre os anos de 1971 e 1978, com taxa de variação positiva de até 6,1%. Conforme o gráfico 1, vemos que as taxas do consumo e da RNB per capita seguem a mesma tendência, a exceção foi em 1975 quando as variações foram em direções opostas. Esses movimentos são semelhantes à teoria de Kalecki, visto que renda cresceu a taxas menores do que a do consumo durante quase todo o período.

O PIB americano tendeu a crescer quando o consumo variou positivamente. Entretanto, geralmente, o crescimento do PIB não correspondeu a uma maior participação do consumo na sua composição. Em 1973, por exemplo, o PIB teve alta de 5,6%, sendo 71,90% creditado ao consumo. No ano seguinte, houve retração da economia na grandeza 0,5%, sendo o consumo responsável por 72,25% da riqueza produzida.

3.2 Japão

Gráfico 2: Variação do consumo e da RNB per capita – Japão: 1971 a 1979.



Fonte: Penn World Table 9.0. Elaboração própria (2016).

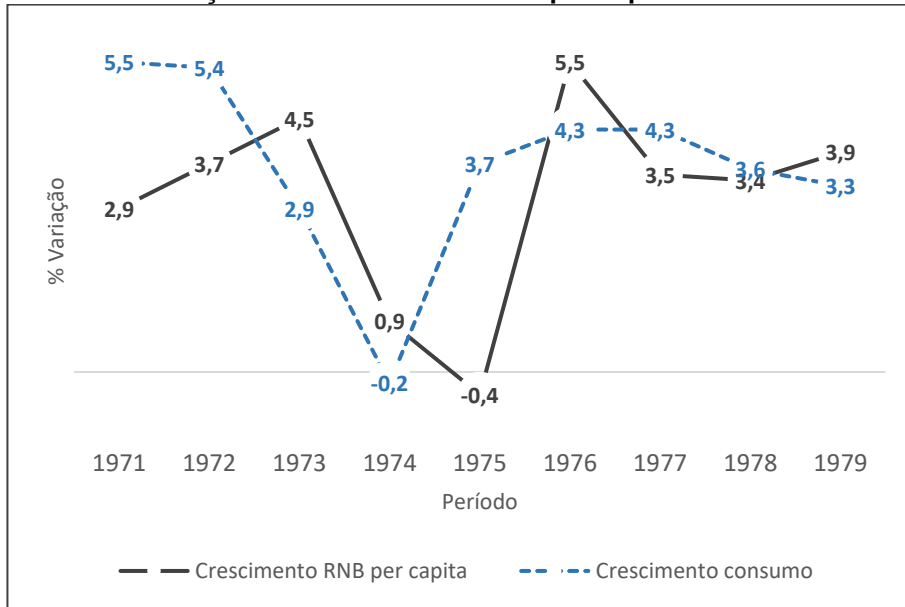
O período que se iniciou em 1971 e foi até 1979 mostrou elevadas taxas de crescimento do consumo, chegando a 8,9% em 1972. Da mesma forma que nos Estados Unidos, a RNB per capita cresceu a taxas inferiores às do consumo, exceção feita em 1976, quando foram de 3,2% e 2,9%, respectivamente, de acordo com o gráfico 2.

Durante os anos em que as taxas de consumo subiram, de maneira geral, o PIB também aumentou na mesma proporção. Na economia japonesa, a participação do consumo no PIB é menor do que a verificada nos Estados Unidos. Durante o período analisado ela se manteve entre 61% e 64%, com elevação, principalmente, em anos que a economia cresceu de forma mais lenta ou até mesmo regrediu. Em 1974, o PIB japonês caiu 3,1% e o consumo passou de 61,85% para 62,87% do total.

3.3 Europa

Algumas das maiores economias europeias, como Alemanha, França, Itália, tiveram início de suas maiores taxas de crescimento do consumo em 1971. Enquanto esse ciclo, nos dois primeiros países, foi até 1979, na Itália durou até 1980. Já no Reino Unido, o período analisado é entre 1983 e 1989.

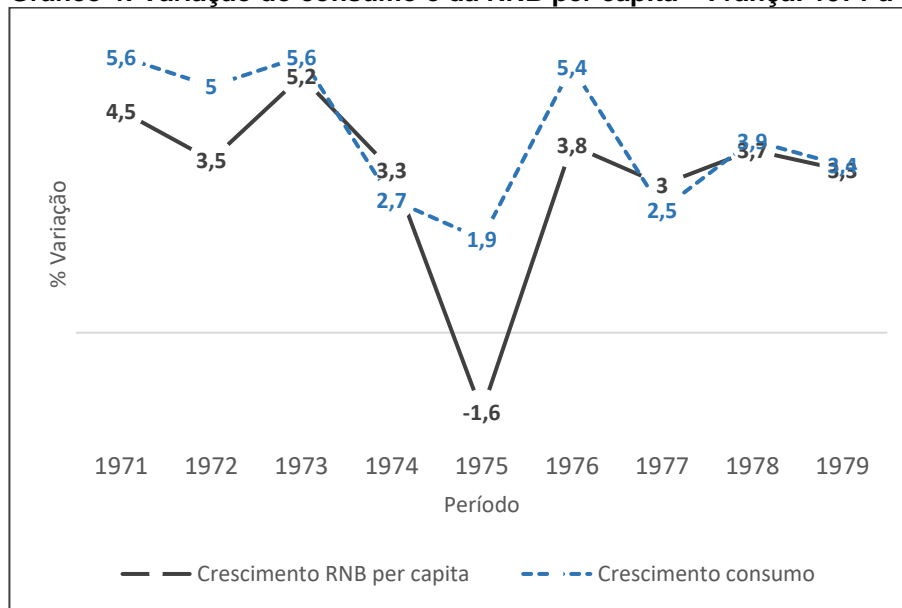
Gráfico 3: Variação do consumo e da RNB per capita – Alemanha: 1971 a 1979.



Fonte: Penn World Table 9.0. Elaboração própria (2016).

O gráfico 3 nos mostra que a relação entre RNB per capita e crescimento do consumo, na Alemanha, não é muito clara, apresentando tendências distintas. Diferentemente dos demais, a renda média alemã, em vários momentos, cresceu de forma mais acelerada do que o consumo, se aproximando mais do modelo *keynesiano*. Assim, as altas rendas acumuladas nos anos de 1973 e 1974, por exemplo, explicariam o aumento significativo no consumo em 1975, mesmo com a variação negativa da RNB per capita nesse ano.

Da mesma forma do que a renda média, consumo e PIB alemães apresentam uma certa relação inversa, com suas taxas crescendo em ritmos opostos. Quando o PIB acelera o crescimento, o consumo varia, ainda que na mesma direção, de forma mais lenta. A participação do consumo no PIB alemão ficou entre 66% e 70% no período analisado. Seguindo um padrão, quanto maior sua participação, menor o crescimento. Em 1975, a economia alemã apresentou 0,9% de variação negativa e a composição do PIB teve o consumo como responsável por 69,28%, ante os 66,65% no ano anterior, quando a economia cresceu 0,9%.

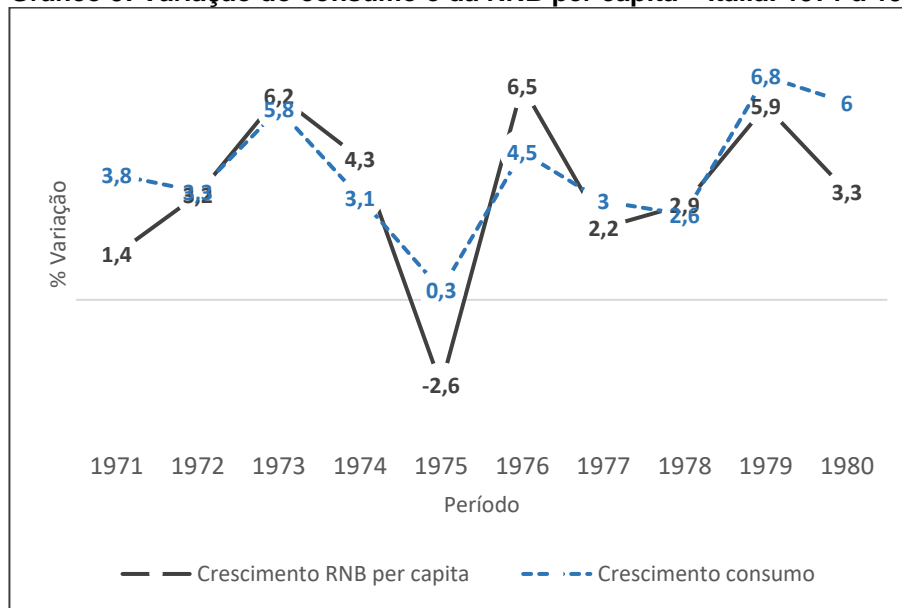
Gráfico 4: Variação do consumo e da RNB per capita – França: 1971 a 1979.

Fonte: Penn World Table 9.0. Elaboração própria (2016).

De acordo com o gráfico 4, o consumo francês chegou a crescer 5,6% e a taxa de consumo foi mais alta do que a taxa de crescimento da renda média da população, que somente em 1975 apresentou variação negativa – a RNB per capita variou entre -1,6% e 5,2%. Entretanto, mantiveram-se na mesma trajetória, ou seja, na maioria dos casos, quando uma variável cresceu de forma mais lenta, a outra também o fez.

Na França, a expansão econômica foi seguida por elevações nas taxas de consumo dos indivíduos, com índices mais elevados principalmente nos períodos de maior prosperidade. Até 1974, o PIB francês teve taxas mais altas de crescimento, alcançando a casa dos 5,4% em 1973, e as menores participações do consumo, que ficaram entre 67,5% e 68,2%. Em 1975 houve retração na economia de 1% e posterior crescimento até o final do período, porém de forma mais lenta do que a constatada na primeira metade da década. No entanto, o consumo foi responsável por 70% do PIB.

A elevação dos gastos com consumo em bens e serviços impactou de forma direta na variação positiva do produto interno bruto, mais isso não significou uma maior representatividade dessa variável na composição do PIB.

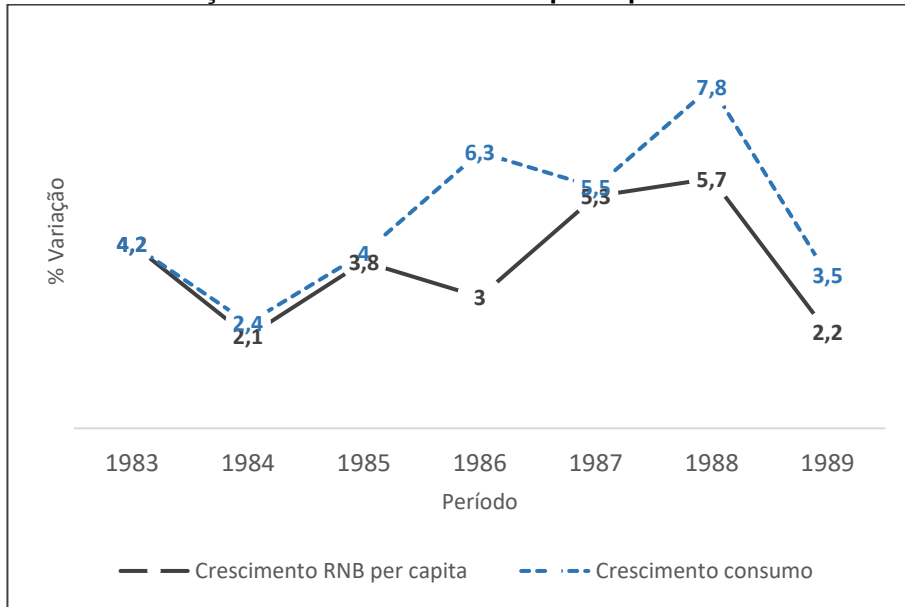
Gráfico 5: Variação do consumo e da RNB per capita – Itália: 1971 a 1980.

Fonte: Penn World Table 9.0. Elaboração própria (2016).

Na Itália, o consumo chegou a crescer 6,8% e a renda 6,5% durante o período. Conforme o gráfico 5, percebemos que o comportamento das duas variáveis foi semelhante, mas alternando entre si momentos de crescimento mais acentuado. A RNB per capita teve taxas positivas mais altas em quatro oportunidades, com comportamento semelhante ao observado nos dados da Alemanha.

O consumo contribuiu com o PIB italiano com percentuais entre 64% e 68%. Em 1975, com a economia encolhendo 2,1%, a participação alcançou seu maior índice na análise, com 67,57%. Por outro lado, no ano seguinte, com a recuperação econômica e crescimento de 7,1%, a participação recuou e atingiu um dos menores patamares, 65,7%.

Durante os anos em que houve as maiores taxas de elevação do PIB, em 1973, 1976 e 1979, os dados mostram grandes gastos com consumo, mas por outro lado, demonstram, também, a baixa influência deste na produção da riqueza do país, representando 66,07%, 65,75% e 66,45%, respectivamente, do total dela.

Gráfico 6: Variação do consumo e da RNB per capita – Reino Unido: 1983 a 1989.

Fonte: Penn World Table 9.0. Elaboração própria (2016).

No Reino Unido, as trajetórias das variáveis se comportaram de maneira contrária aos demais países analisados até agora. Enquanto na Alemanha, na França e na Itália houve grandes variações nos percentuais e alternância nas taxas mais elevadas – e por vezes negativas –, o crescimento do consumo dos britânicos, de acordo com o gráfico 6, foi acompanhado da renda média de maneira muito próxima, chegando, no ápice, a 7,8% e 5,7%, respectivamente, em 1988. Exceção feita em 1986 quando a RNB per capita teve crescimento muito mais lento.

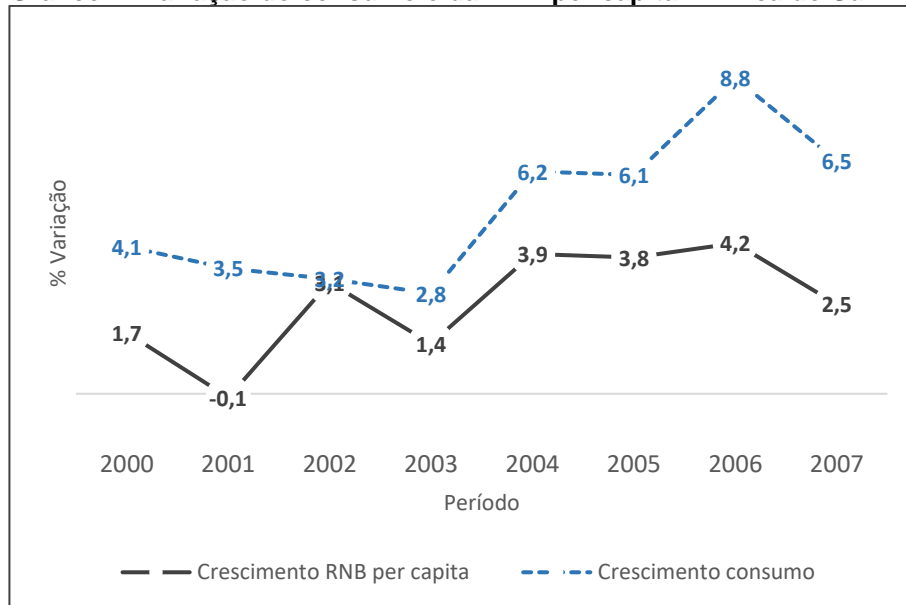
Os britânicos apresentaram o maior percentual de participação do consumo no PIB entre os países europeus, oscilando entre 71,5% e 74,3%. E, novamente, mostrou diferenças em relação aos seus vizinhos continentais. A relevante elevação do PIB nos anos de 1987 e 1988 (5,6% e 5,9%, auge no período) foi acompanhada de uma maior parcela destinada ao consumo (73,3% e 73,9%) se comparado aos anteriores.

Outro dado relevante é que quanto maior a alta nas taxas de variação do consumo, maior é sua participação no PIB, evidenciando sua relevância na dinâmica econômica britânica. Sendo 1989 o único ano em que isso não se confirmou, com redução no crescimento do consumo e do PIB e alta na participação.

3.4 BRICS

O BRICS é um grupo político para cooperação objetivando o desenvolvimento econômico. É formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Os anos com as maiores taxas positivas de elevação do consumo para os países do BRICS foram a partir dos anos 2000. Na África do Sul o período iniciou em 2000, na Rússia, em 2001, e na Índia, em 2003.

Gráfico 7: Variação do consumo e da RNB per capita – África do Sul: 2000 a 2007.

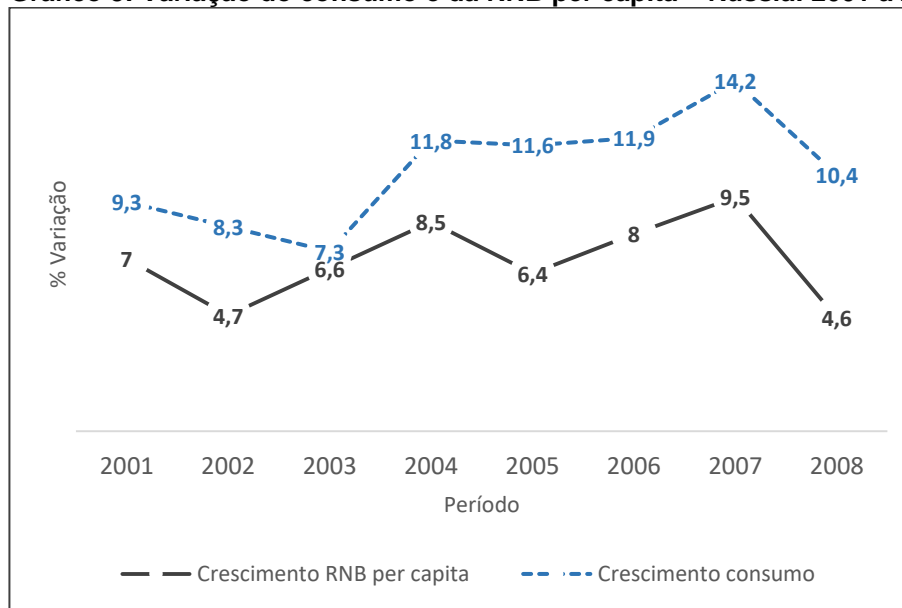


Fonte: Penn World Table 9.0. Elaboração própria (2016).

A análise sul-africana vai de 2000 até 2007. Durante esse tempo, houve grande crescimento do consumo, com taxas acima de 6% durante os últimos quatro anos, conforme gráfico 7. A renda média, de forma geral, acompanhou o crescimento, mas a taxas mais modestas, com o máximo de 4,2% em 2006.

Nos primeiros anos, a economia cresceu, no máximo, 4,2% e o consumo era responsável por 71% da riqueza produzida. Entre 2004 e 2007 aconteceu a maior expansão econômica da África do Sul, com aumento de até 5,6% do PIB. Durante esses anos, verificou-se, também, uma maior representatividade do consumo no PIB (73,58%).

Igualmente ao que acontece no Reino Unido, a dinâmica sul-africana apresenta alta no consumo associado a altas no PIB e na sua composição.

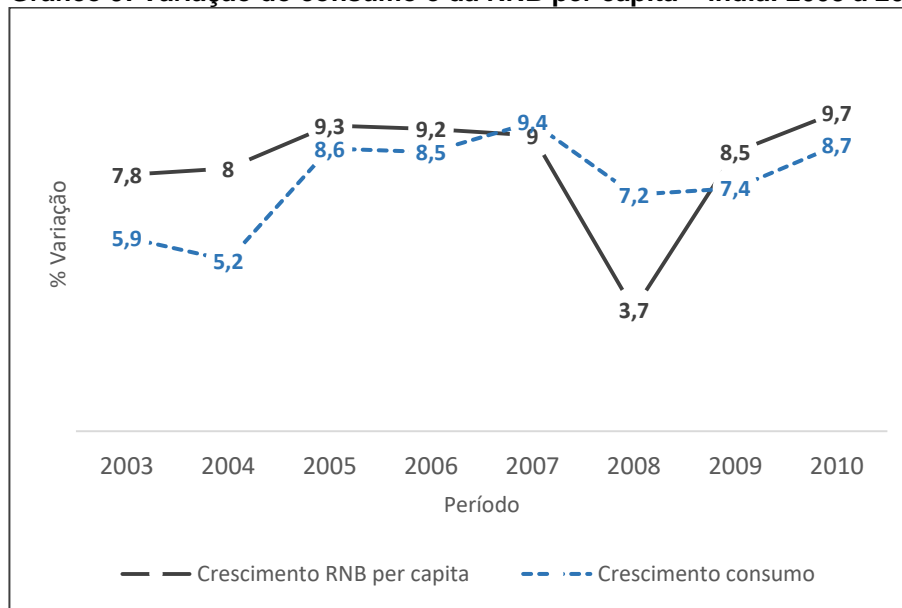
Gráfico 8: Variação do consumo e da RNB per capita – Rússia: 2001 a 2008.

Fonte: Penn World Table 9.0. Elaboração própria (2016).

O gráfico 8 mostra que a Rússia apresentou os maiores índices de crescimento do consumo entre os países observados, atingindo variação positiva de 14,2% em 2007. A renda média, da mesma forma, alcançou patamares interessantes (9,5% em 2007), mas em ritmo mais lento. De qualquer forma, constata-se que, via de regra, consumo e renda aumentam na mesma proporção, isto é, quando uma variável acelera o crescimento, a outra tem comportamento semelhante.

O PIB russo expandiu-se de forma gradual de 2001 até 2007, saindo de 5,1% para 8,5%, tendo diminuído o ritmo em 2008, 5,2%. Da mesma forma, a composição do PIB se tornou cada vez mais dependente do consumo. Em 2001, esse percentual era de 59,13% e passou para 67,44% em 2007. Contrariando às expectativas, esse percentual aumentou para 70,42%, mesmo com o crescimento mais lento da economia em 2008.

Aparentemente, o consumo é influenciado pelo avanço econômico russo, pois nos principais momentos de crescimento da riqueza, a taxa e a participação do consumo apresentaram altas.

Gráfico 9: Variação do consumo e da RNB per capita – Índia: 2003 a 2010.

Fonte: Penn World Table 9.0. Elaboração própria (2016).

Diferentemente de todos os países analisados, a renda média indiana teve taxas de crescimento mais altas do que o consumo em quase todo o decorrer do período, como podemos ver no gráfico 9. As taxas da RNB per capita variaram entre 7,8% e 9,7% - exceto em 2008, 3,7%. Já a variação do consumo foi entre 5,2% e 9,4%. Ponto em comum com os demais países do BRICS é o ritmo de variação, com as duas taxas oscilando da mesma forma.

A Índia apresenta uma baixa participação do consumo no PIB, variando entre 59% e 65%, sendo menor na medida em que há crescimento econômico mais elevado. Em 2008, com crescimento de 3,9%, ao consumo foi creditado 63,05% da riqueza total. Já em 2010, quando o PIB variou 10,3%, essa participação foi de apenas 61%.

A oscilação positiva da economia indiana aparece ligada ao aumento no consumo, mas sem que esse exerça grande influência. As maiores altas do PIB tiveram as menores contribuições do consumo.

Mesmo que a RNB per capita não represente de forma fiel a variação da renda dos indivíduos de um país, haja vista não contemplar a desigualdade na distribuição de renda, essa análise com países tão diferentes em relação à população, à cultura e ao nível de desenvolvimento econômico e social, nos revela que, salvo pequenos

desvios, o comportamento da renda média e do consumo seguem a mesma tendência – quando a primeira aumenta o ritmo de crescimento, o segundo a acompanha.

Em alguns países, a taxa de crescimento da renda média foi maior do que a do consumo em determinados momentos ou durante todo o espaço de tempo da análise, como Alemanha, Itália e Índia. Dessa forma, podemos assemelhar a relação entre consumo e renda dessas economias com o modelo *keynesiano*, onde a propensão marginal a consumir é menor do que um. Isso significa que a parte da renda dos indivíduos que se tornou poupança serviu para continuar consumindo bens e serviços em períodos em que o consumo teve ritmo de crescimento mais acelerado do que a RNB per capita.

A outra parte dos países, por óbvio, apresentou um crescimento do consumo em um nível mais acelerado. Aqui, podemos aproximar essas economias do modelo *kaleckiano*, onde a propensão marginal a consumir é igual a um e, então, não é somente a renda dos indivíduos que influencia no consumo. Deve-se levar em consideração outros mecanismos que permitem aumentar o poder de compra, como uma maior disponibilidade de crédito, por exemplo. Isso permitiria explicar o comportamento dessas economias.

Então, entre consumo e renda média há uma relação direta, visto que seus movimentos de ascensão e queda são parecidos. No entanto, quando relacionamos consumo e crescimento do PIB há duas considerações a serem feitas. Primeiro, a taxa de crescimento do PIB se comporta de maneira semelhante à taxa de expansão do consumo. Segundo, de forma pouco intuitiva, com exceção do Reino Unido, África do Sul e Rússia, quanto menor o crescimento do consumo, maior é sua parcela na composição do PIB e menor é a taxa de crescimento, sendo negativa em algumas oportunidades. Essa constatação nos dá uma primeira evidência de que o consumo, por si só, não é o principal responsável pela expansão da economia e que caberia às demais variáveis que compõe a equação da demanda agregada a explicação sobre o crescimento do PIB.

4 POLÍTICAS MONETÁRIA E FISCAL

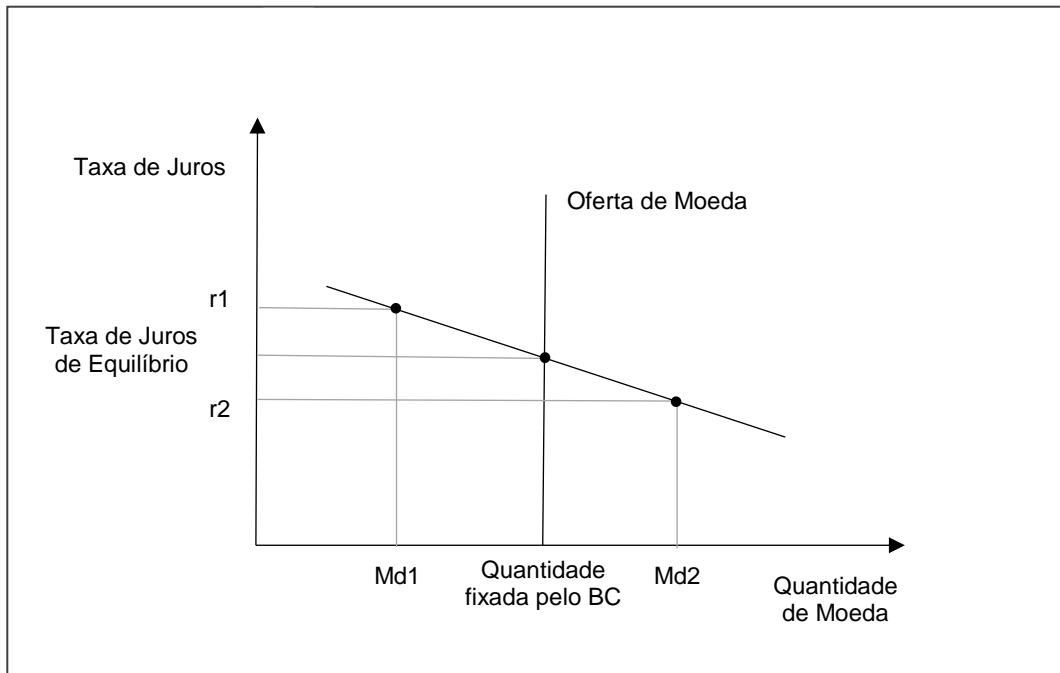
Keynes, em sua teoria, explicita os motivos pelos quais as pessoas consomem. Porém, o que faz com que elas decidam quando agir? Através da literatura concluímos que as pessoas reagem a incentivos e, tratando-se de consumo, esses incentivos partem, principalmente, do poder público. O Estado tem a capacidade de influenciar no aumento ou na redução do consumo dos indivíduos, valendo-se, para tal, de instrumentos que têm consequências claras na atividade econômica. As formas mais evidentes são através das políticas monetária e fiscal de um governo.

Em ambas as políticas, há instrumentos que são capazes de aquecer a economia por meio do consumo. Entretanto, esses mesmos instrumentos têm efeitos colaterais – a expansão da demanda pode gerar elevações no índice geral de preços e na taxa de juros, por exemplo – cabendo aos formuladores de políticas econômicas dosar os incentivos para que elas não surtam efeitos contrários aos desejados e permitam um crescimento econômico equilibrado.

4.1 Política Monetária

O mercado monetário é a interação entre a oferta e a demanda por moeda, sendo a taxa de juros a responsável por equilibrá-lo, podendo ser interpretada como um “custo de oportunidade” quando da decisão de manter a posse do dinheiro. Em sua Teoria da Preferência pela Liquidez, Keynes acredita em um ponto pelo qual a taxa de juros flutua e tende a voltar, equilibrando a oferta e a demanda por moeda.

Figura 2: Equilíbrio no Mercado de Moeda

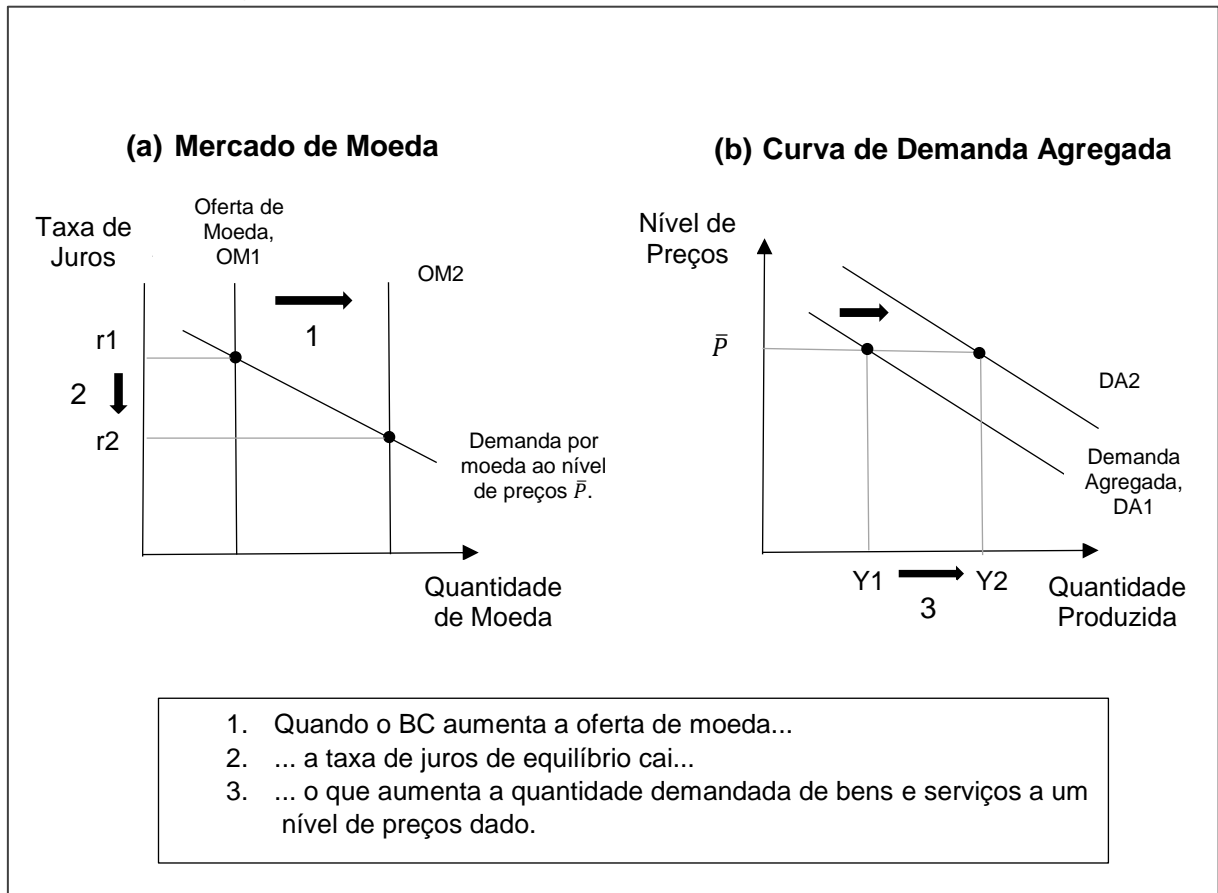


Fonte: Mankiw, 2009.

Partindo do pressuposto de que a oferta de moeda é fixada de acordo com a decisão do Banco Central e independe da taxa de juros, conforme a figura 2: dada a quantidade ofertada de moeda, quando a taxa de juros está fora de equilíbrio, em r_1 , o custo de reter moeda é muito alto e a quantidade desta em poder dos indivíduos é menor do que a criada, Md_1 , puxando a taxa de juros para baixo, sendo fixada novamente no equilíbrio. Por outro lado, se a taxa de juros estiver em r_2 , abaixo da taxa de equilíbrio, o custo de oportunidade é menor e a quantidade de moeda demandada é maior do que a ofertada, no ponto Md_2 , assim, a taxa de juros sobe para, novamente, equilibrar a oferta e a demanda por moeda.

Uma política monetária expansionista, isto é, com um aumento na oferta de moeda tem o intuito, também, de elevar os gastos dos indivíduos com o consumo. A moeda, por definição, é o ativo mais líquido disponível em uma economia e essa liquidez explica a demanda que há por ela: a moeda é retida pelos indivíduos, em detrimento a outros ativos, pois pode ser trocada por bens e serviços.

Figura 3: Uma Injeção de Moeda na Economia



Fonte: Mankiw, 2009.

A figura 3 mostra que a um dado nível de preços, \bar{P} , um aumento na oferta de moeda pelo Banco Central reduz a taxa de juros de equilíbrio. Reduzindo o custo de se reter moeda, a demanda por esta também aumenta, crescendo a procura por bens e serviços; concomitantemente, as empresas aproveitam as baixas taxas de juros para a realização de investimentos visando ao aumento da produção. Temos assim, um deslocamento da curva de demanda agregada para a direita.

No Brasil, a formulação e a execução da política monetária é de responsabilidade do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central, respectivamente, e tem como principal objetivo a contenção de uma possível pressão inflacionária futura. Porém, este tipo de política afeta, num período anterior, a demanda agregada por bens e serviços.

Claramente uma expansão na oferta de moeda influencia no aumento do consumo. Mas quais são os instrumentos disponíveis para fazer com que isso ocorra?

Segundo Ronald Hillbrecht (1999), são três, quais sejam: operações de mercado aberto, política de redesconto ou empréstimo de liquidez e reservas compulsórias.

Antes de mais nada é necessário saber que existem dois componentes fundamentais que são afetados pela política monetária e explicam a variação da oferta de moeda: a base monetária e o multiplicador monetário. A base monetária é resultado da soma das reservas bancárias e do papel moeda na mão dos indivíduos. Multiplicador monetário é, nas palavras de Hillbrecht, “a maneira pela qual a base monetária é transformada em oferta de moeda por meio da criação de depósitos” (1999, p. 116).

Os instrumentos de política monetária utilizados pelo governo exercem influência, principalmente, na base monetária, expandindo-a quando há uma intenção de aumentar a oferta de moeda.

A primeira forma de atuação do governo nesse sentido são as operações em mercado aberto, que nada mais são do que a compra e venda de títulos da dívida pública pelo Banco Central. Ao comprar títulos dos bancos privados, eleva-se as reservas bancárias – que são a origem dos recursos destinados a empréstimos – e, conseqüentemente, a base monetária. Esse mecanismo é frequentemente utilizado por parte do Banco Central, haja vista o alto grau de liquidez e o baixo risco deste tipo de ativo. Além disso, pelo alto dinamismo das operações, há um controle exercido por parte do Banco Central, comprando ou vendendo títulos com rapidez, de acordo com o objetivo da política monetária em questão.

O redesconto ou empréstimo de liquidez consiste em empréstimos feitos pelo Banco Central aos bancos comerciais. Da mesma forma do que as operações em mercado aberto, um aumento nesse tipo de empréstimo impacta na base monetária por meio da elevação das reservas bancárias. Porém, a diferenciação entre os instrumentos é que a utilização do redesconto de maneira indiscriminada pode indicar uma sinalização negativa ao mercado e levar o público não bancário a perder a credibilidade no banco tomador do empréstimo. Por isso, sua utilização é restrita por parte das instituições financeiras.

As reservas compulsórias são percentuais das reservas bancárias retidos junto ao Banco Central pelas instituições financeiras. Esses percentuais podem variar de banco para banco, dependendo do seu porte, de sua localização, entre outros. Caso o Banco Central decida diminuir a alíquota de reservas, o multiplicador monetário

aumenta, expandindo a base monetária. Isto é, o nível corrente de reservas bancárias passa a ser maior do que o número de depósitos, podendo a diferença ser destinada a empréstimos ao público em geral.

Quaisquer das ações acima tomadas pelo governo com o intuito de aumentar a oferta de moeda, tem como objetivo final uma maior disponibilidade de crédito ao público não bancário. O crédito exerce uma função primordial no aumento do consumo, pois sem ele não seria possível a aquisição de bens de maior valor, como automóveis e casas, por exemplo, por parte de indivíduos com grande restrição orçamentária. Junto com maiores recursos destinados ao crédito, em um primeiro momento, ocorre a diminuição das taxas de juros, incentivando os indivíduos a tomá-lo e consumi-lo.

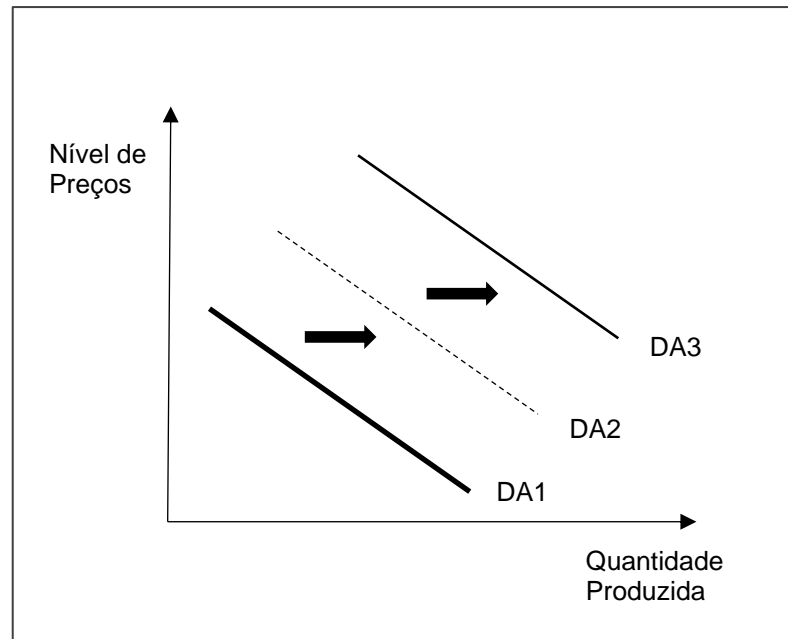
4.2 Política Fiscal

A política fiscal é outra ferramenta utilizada pelo governo com o objetivo, dentre outros, de impulsionar os gastos dos indivíduos com o consumo de bens e serviços. Para tal, existem dois movimentos principais por parte do Estado: o estabelecimento dos níveis dos gastos do governo e das alíquotas dos impostos. Ao aumentar o dispêndio de recursos públicos, o deslocamento da demanda agregada pode ser explicado pelo efeito Multiplicador; ao reduzir as alíquotas e, conseqüentemente, elevar a renda real dos trabalhadores, a explicação deriva da propensão a consumir *keynesiana*, conforme Mankiw (2009).

Ao direcionar uma parte de seus gastos na aquisição de produtos de uma determinada empresa, o governo cria uma reação em cadeia que começa com a elevação dos lucros dos empresários. Em seguida, para atender ao aumento da demanda, há um aumento no número de postos de emprego e dos salários. Com maior renda disponível na mão de empresários e trabalhadores, estes se voltam ao mercado de bens e serviços aumentando a demanda de outras empresas. Esse movimento, denominado Efeito Multiplicador, que começa com uma alocação de recursos públicos, tende a se espalhar por todos os setores da economia e a deslocar a curva da demanda agregada para a direita. Ainda, o impacto na dinâmica econômica não cessa ao final desse primeiro choque, pois com maior procura, as empresas

produzem mais, geram mais empregos e há mais renda para os trabalhadores, fazendo com que o sistema continue se repetindo.

Figura 4: O Efeito Multiplicador



Fonte: Mankiw, 2009.

Por intermédio da figura 4 conseguimos visualizar como o Efeito Multiplicador atua na economia. O investimento oriundo do Estado desloca a demanda de *DA1* para *DA2*. Os choques subsequentes deslocam a curva de *DA2* para *DA3* e assim sucessivamente, sendo a curva de demanda deslocada para direita a cada novo choque.

O resultado desse efeito é que cada unidade monetária gasta pelo Estado, em um primeiro momento, pode transformar-se em mais de uma unidade gasta pelos indivíduos no consumo de bens e serviços em um momento imediatamente posterior. Há uma equação que permite calcular qual o impacto resultante da iniciativa do poder público:

$$\text{Multiplicador} = \frac{1}{1 - PMgC}$$

Isso nos permite concluir que o multiplicador econômico depende diretamente da Propensão Marginal a Consumir, ou seja, quanto maior for a parte da renda gasta

pelos indivíduos, maior será o impacto na economia ocasionado política fiscal expansionista.

Entretanto, deve-se ter cautela quanto à alocação de recursos públicos como a ferramenta responsável por aquecer a economia. Se por um lado, no momento subsequente à sua destinação, há o Efeito Multiplicador que desloca a curva de demanda agregada para a direita, por outro, há um efeito que caminha no sentido oposto: o Efeito Deslocamento, que impacta no mercado monetário e retrai a curva de demanda agregada por meio da elevação da taxa de juros. Contudo, os resultados do Efeito Multiplicador são mais expressivos do que os do Efeito Deslocamento.

Dentro do âmbito da alocação de recursos do governo há ainda as hipóteses de valorização do salário mínimo e do repasse para programas sociais com a finalidade de transferência de renda, bastante utilizados na realidade brasileira. O primeiro tem sua importância pois repõe a perda da inflação. O segundo permite que famílias em situação vulnerável possam ser inseridas no mercado consumidor interno.

Por fim, os impostos são uma variável de extrema importância dentro da elaboração da política fiscal e são um elemento considerável quando da decisão entre consumir ou não por parte dos indivíduos. Podemos fazer uma divisão entre dois tipos de impostos: os que incidem nos serviços e na produção dos bens e que são repassados, via preço final, ao consumidor; e o que incide diretamente na renda dos trabalhadores. Quando o governo isenta de impostos sobre a produção um determinado setor da indústria, ocorre uma queda nos preços que tende a aquecer a economia. Ao reduzir a alíquota do imposto sobre a renda dos trabalhadores ou aumentar a margem de isenção, sobra mais recursos para os trabalhadores e, de acordo com propensão a consumir, uma parte dessa renda será consumida em bens e serviços. Outro ponto importante diz respeito a duração da alteração dos impostos, que se for permanente impactará de forma significativa na demanda agregada; se for temporária, os efeitos sobre a demanda serão de menor magnitude.

5 CRESCIMENTO E INCENTIVO AO CONSUMO: GOVERNO LULA 2003-2010

Os anos correspondentes ao período em que Luís Inácio Lula da Silva foi presidente do Brasil foram marcados pelas políticas monetária e fiscal expansionistas, que teve, entre outros, o objetivo de diminuir a desigualdade na distribuição de renda e aumentar a oferta de crédito e o nível de salários reais. Segundo Gilmar Mendes Lourenço (2015), esse ciclo de expansão liderado pelo consumo se intensificou a partir de 2004, via ações do Estado visando a ampliação do mercado interno e o aquecimento da economia através do aumento nas taxas de consumo.

5.1 Herança e panorama do primeiro ano de governo

Ainda de acordo com Lourenço, quando da ascensão de Lula à presidência da República, em 2003, a economia brasileira encontrava-se em relativa estabilidade devido, principalmente, à adoção do Plano Real, em 1994. A política econômica, durante o final da década de 1990 e início dos anos 2000, tinha como base o combate à inflação, o superávit primário e o câmbio flutuante. Com isso, a inflação, maior pesadelo nas décadas anteriores, já não causava tanta preocupação pois encontrava-se sob controle, havia saído de 916,46%, em 1994, para 12,53%, em 2002. E o PIB crescia de forma modesta, porém constante, com média de 2,3% e não ultrapassando a marca dos 4,3%.

Fligenspan (2010) diz que houve temores relacionados à expectativa da chegada de Lula ao poder, ainda durante a campanha eleitoral, e eram atribuídos a recorrentes discursos do então candidato que incluíam até a suspensão do pagamento das dívidas interna e externa. Esses temores foram verificados nas ações dos agentes econômicos, com a rápida saída de recursos externos do país e com compra abundante de dólares pelos brasileiros. Isso elevou a taxa de câmbio e teve como repercussão imediata dos fatos uma projeção de alta inflacionária, já para o próximo ano, que poderia inviabilizar o governo antes de seu início.

No entanto, Fligenspan afirma que, no início de seu mandato, Lula deu continuidade à política econômica em vigor na gestão anterior – inclusive com a nomeação de Henrique Meirelles como presidente do Banco Central do Brasil – evidenciando um perfil conservador na condução da economia brasileira. Mantendo

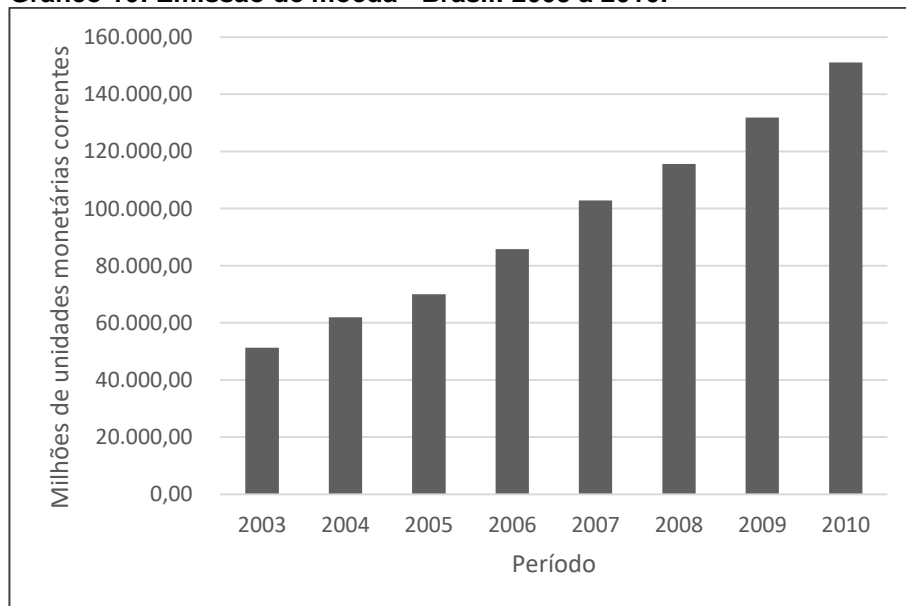
retraídas as políticas monetária e fiscal, com o objetivo primeiro de manter a inflação estável, os resultados não foram excepcionais. O PIB brasileiro em 2003 mostrou elevação de 1,1%, abaixo da média verificada entre 1995 e 2002 (2,3%), mas o nível de preços demonstrou estar controlado, recuando para 9,3% em dezembro de 2003.

5.2 Incentivo ao consumo via política econômica

Após tímidos resultados no ano anterior, a partir de 2004 a política econômica começa a dar sinais de que terá um caráter mais expansionista, com elevações do poder de compra e da renda real da população, e a consequente expansão do mercado consumidor interno. No âmbito monetário, maiores oferta, prazo e modalidades de crédito foram introduzidos na economia. No fiscal, a política de valorização do salário mínimo e os programas de transferência de renda foram fundamentais para essa expansão.

No campo da política monetária, houve alta no que diz respeito à emissão de moeda.

Gráfico 10: Emissão de moeda - Brasil: 2003 a 2010.



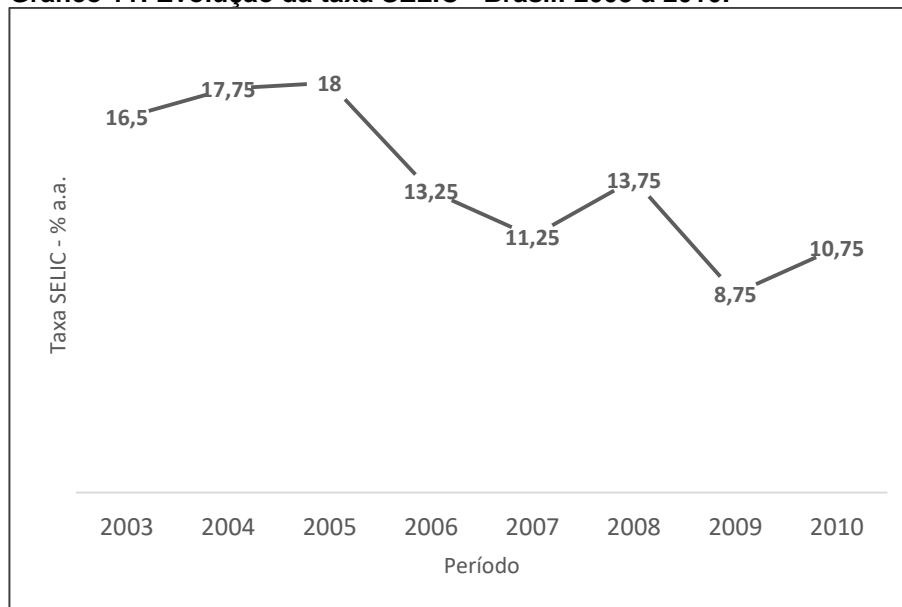
Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria (2016).

Foi mantida uma trajetória crescente durante todo o período, com médias de 15% ao ano, patamar que não foi alcançado após 2010 – durante o governo Dilma, até 2015, a média foi de 8,41%. No início da administração, conforme o gráfico 10, o

saldo de moeda emitida no final de dezembro de 2003 ficou em 51.363,00 milhões de unidades monetária correntes. Com constantes altas, esse saldo chegou a 151.145,00 milhões de unidades monetárias correntes no final de 2010. A ampliação teve a magnitude de 202,70%.

De acordo com a teoria de política monetária revisada no capítulo 4 deste trabalho, a taxa de juros caiu significativamente, com o intuito de ajustar o mercado monetário.

Gráfico 11: Evolução da taxa SELIC - Brasil: 2003 a 2010.



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria (2016).

Ao final de 2002, na última reunião do Comitê de Política Monetária, definiu-se a taxa SELIC em 25%. No decorrer da década, com o aumento substancial da oferta de moeda, essa taxa caiu gradualmente, conforme o gráfico 11. Já em 2003, o ano fechou com a taxa básica de juros a 16,5% ao ano. Mesmo com pequenas altas nos dois anos subsequentes (atingindo 18 % a.a., em 2005), os juros caíram drasticamente até o final da administração, mantendo-se entre 8% e 14%. Em 2009 e 2010 foram verificadas as menores taxas no Governo Lula, 8,75% e 10,75%, respectivamente.

O aumento da oferta de moeda somado à queda na taxa básica de juros propiciaram um aumento no poder de compra dos indivíduos, haja vista que a oferta de crédito no país, que em relação ao PIB é historicamente baixa, foi impulsionada, primeiramente via instituições privadas e, principalmente pós crise internacional de

2008, pelos maiores bancos públicos. Durante os dois primeiros anos, a relação entre o crédito tomado por pessoas físicas e jurídicas e o PIB foi inferior à verificada em 2002, que ficou em 26,01%. Porém, com a queda nos juros, no ano de 2005 o percentual foi de 28,27% e com o passar dos anos essa relação só aumentou, chegando a 45,25% em 2010.

Interessante notar, contudo, que o principal fator para o aumento dessa relação foi o crédito tomado por pessoas físicas.

Tabela 1: Percentual de crédito tomado em relação ao PIB – Pessoa Física – Brasil: 2003 a 2010.

Ano	Recursos Livres	Recursos Direcionados	Total
2003	5,94	3,43	9,37
2004	7,14	3,37	10,51
2005	8,88	3,41	12,29
2006	10,04	3,75	13,79
2007	11,93	4,05	15,98
2008	13,00	4,55	17,55
2009	14,50	5,13	19,63
2010	14,85	5,79	20,64

Fonte: Mora, 2015.

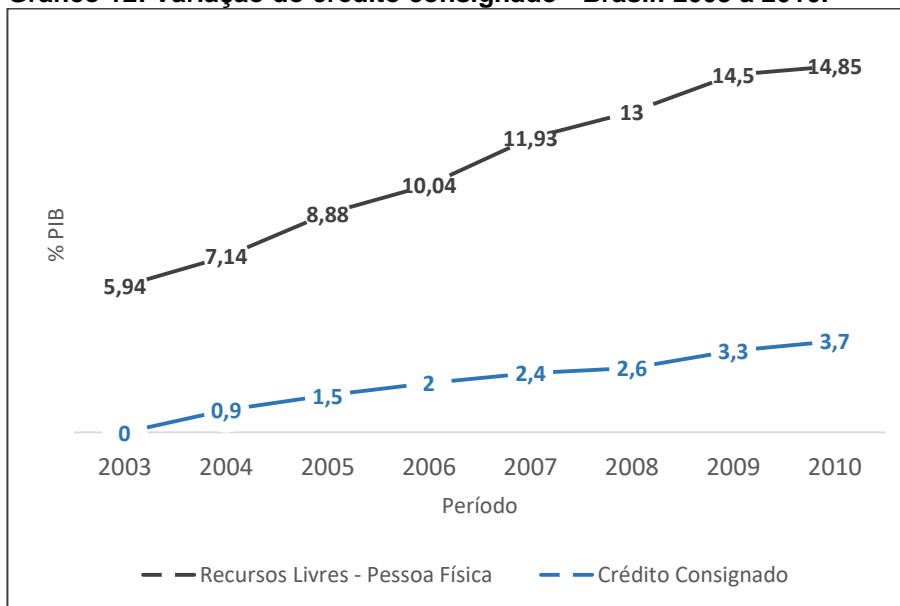
De acordo com a classificação adotada pelo Banco Central, os recursos referentes ao crédito direcionado têm destinação pré-estabelecida, com aplicação obrigatória em um determinado fim. Já os referentes ao crédito livre têm aplicação definida pelo tomador (MORA, 2015). Ainda, que, na grande maioria dos casos, os recursos livres, como por exemplo o crédito habitacional, são de responsabilidade dos bancos públicos, enquanto os livres, como o crédito consignado, são provenientes dos bancos privados (LUNDBERG, 2011; MORA, 2015).

A tabela 1 descreve o grande salto do crédito à pessoa física no Brasil. Em 2003, ele representava 9,37% do PIB, saltando para 20,64% ao final de 2010. Enquanto os recursos direcionados tiveram crescimento modesto, inferior a 2,5 p.p. ao final do período analisado, os livres passaram da relação de 5,94% para 14,85% do PIB. Outro ponto interessante é com relação a participação do crédito à pessoa física no total de crédito tomado, que em 2003 era de apenas 35,87%, alcançando

45,61% ao final do Governo Lula. O grande responsável por isso, segundo Mora (2015), foi a introdução de uma nova modalidade de crédito pessoal, o consignado.

O crédito consignado foi regulamentado inicialmente por Medida Provisória no último trimestre de 2003, que posteriormente fora convertida em Lei. Esta modalidade consiste na vinculação do empréstimo à folha de pagamento do tomador, ou seja, as parcelas são descontadas diretamente da folha de pagamento, diminuindo o risco de inadimplência para a instituição que cedeu o empréstimo e, assim, possibilitando taxas de juros menores e prazos mais longos.

Gráfico 12: Variação do crédito consignado - Brasil: 2003 a 2010.



Fonte: Mora, 2015.

A partir de sua regulamentação, o crédito consignado foi amplamente utilizado. Como vemos no gráfico 12, ao final de 2004, ele representava 0,9% do PIB e 12,6% do total de empréstimos com recursos livres para pessoa física. Esses percentuais cresceram rapidamente, chegando aos patamares de 3,7% e 25%, respectivamente, tornando-se a modalidade de maior representatividade dentro dos recursos destinados a pessoas físicas, juntamente com a modalidade de aquisição de veículos (49,8% do total).

Mora (2015) também chama a atenção para outra característica referente ao crédito consignado. Ao diminuir o risco, houve o alongamento dos prazos e a diminuição das taxas de juros. Assim, com a redução nos custos inerentes à liberação

dos empréstimos, os valores das prestações reduziram-se a tal ponto que permitiram um comprometimento cada vez menor da renda dos trabalhadores.

Os instrumentos de política fiscal também foram utilizados pelo Governo com o intuito de expandir o mercado interno brasileiro via aumento da renda real das pessoas. As que trouxeram resultados mais relevantes foram as políticas de valorização do salário mínimo e de transferência de renda. Ao contrário do acesso crédito, que atende preferencialmente uma faixa da população que tem uma maior capacidade de endividamento, esse tipo de política atende uma camada mais pobre da sociedade, tirando muitos cidadãos da pobreza, diminuindo a desigualdade de renda e muitas vezes inserindo novos consumidores em um mercado em processo de ampliação.

A abrangência das pessoas beneficiadas pela valorização do salário mínimo vai muito além dos trabalhadores formais, pois, por exemplo, aposentados e pensionistas também são contemplados.

Tabela 2: Valorização do salário mínimo – nominal e real – Brasil: 2002 a 2010.

Período de Reajuste	Valor - R\$	% Nominal	% IPCA Acumulado no Período	% Real
abr/02	200,00	-	-	-
abr/03	240,00	20,00	16,77	2,77
mai/04	260,00	8,33	5,80	2,39
mai/05	300,00	15,38	8,05	6,79
abr/06	350,00	16,67	4,12	12,05
abr/07	380,00	8,57	3,00	5,41
mar/08	415,00	9,21	4,47	4,54
fev/09	465,00	12,05	5,40	6,31
jan/10	510,00	9,68	4,02	5,44
Total	-	155,00	63,97	55,52

Fonte: DIEESE. IBGE. Elaboração própria (2016).

Conforme a tabela 2, já em abril de 2003, o salário mínimo teve elevação nominal de 20% em relação aos últimos doze meses, sendo fixado em R\$ 240,00. Isto representou um reajuste real de 2,77%, considerando o IPCA acumulado desde a última valorização. No ano de 2004, observa-se as menores variações do salário mínimo, tanto nominal quanto real, ficando em 8,33% e 2,39%, respectivamente. Entre

2005 e 2010, a média nominal dos reajustes foi de 11,89%, enquanto a média real foi de 6,73%, com o valor atingindo os R\$ 510,00, em 2010.

Os programas de transferência de renda, amplamente difundidos durante o Governo Lula, têm uma importância que não reside apenas no fato do combate à pobreza extrema atual, mas sim, devido às condicionalidades inerentes aos programas, na capacitação do capital humano como forma de eliminar a pobreza futura, como bem destaca Resende e Oliveira (2008). Dentre os programas introduzidos, há o destaque para o maior deles, o Programa Bolsa Família.

De acordo com Soares, Soares, Medeiros e Osório (2006), o Bolsa Família é o principal programa de transferência de renda implementado pelo Governo. Foi criado em 2003 e regulamentado por meio de Lei em 2004, unificando outros programas como o Bolsa-Escola, o Bolsa-Alimentação, o Auxílio-Gás e o Cartão-Alimentação. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, o Bolsa Família é gerenciado pelos três níveis de administração pública, onde cada um têm funções específicas a serem executadas, e tem como objetivo o complemento da renda, o acesso a direitos e a contribuição para o desenvolvimento das famílias atendidas.

Tabela 3: Recursos destinados e famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família: 2004 a 2010.

Ano	Recursos Destinados - em milhões de R\$	Famílias Atendidas
2004	5.533,30	6.571.839
2005	6.874,00	8.700.455
2006	8.145,40	10.965.810
2007	9.222,10	11.043.076
2008	10.811,20	10.557.996
2009	12.417,00	12.370.915
2010	14.366,00	12.778.220

Fonte: Portal da Transparência do Governo Federal. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Elaboração própria (2016).

Desde sua implementação, o principal programa de transferência de renda do Brasil apresentou números expressivos, como mostra a tabela 3. Logo em seu primeiro ano, foram destinados R\$ 5,5 bilhões às famílias beneficiárias, que totalizavam 6,5 milhões. Em 2010, os recursos somaram R\$ 14,3 bilhões, quase triplicando o valor inicial, e as famílias atendidas quase dobraram de número,

chegando a 12,7 milhões. Conforme o MDS, atualmente, os benefícios podem variar entre R\$ 39,00 e R\$ 372,00 por família, dependendo de suas características.

Mais do que os valores envolvidos, é importante observar como essas quantias recebidas são consumidas, seja em bens ou em serviços. Em publicação de Resende e Oliveira (2008), essas questões foram analisadas com beneficiários do Programa Bolsa-Escola, que fora posteriormente anexado ao Programa Bolsa Família. Os principais resultados foram que até 85% da renda recebida pelas famílias são destinadas ao consumo corrente, em especial, alimentação, educação, vestuário, produtos de higiene e serviços pessoais. Isto mostra que o consumo aumenta quantitativa e qualitativamente, pois gastos em mercadorias como fumo e bebida, por exemplo, não apresentaram evolução.

São duas as conclusões das autoras. Primeiro, que a melhoria nos gastos educacionais e nutricionais está diretamente ligada ao desenvolvimento humano dessas pessoas, que as permitirão saírem da situação em que se encontram e aumentarem seus rendimentos. Segundo, que os resultados positivos encontrados em um programa de menor abrangência podem ser ampliados por programas de maior magnitude e que destinam maiores recursos às famílias, como o Bolsa Família.

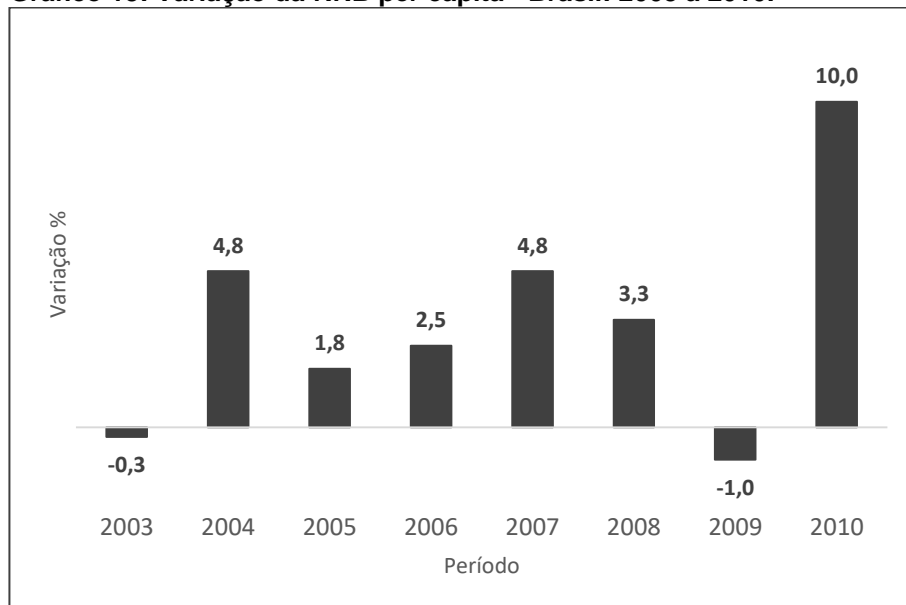
Os dois instrumentos de política fiscal demonstrados, além de contribuírem para a diminuição da desigualdade de renda e melhorar a qualidade do consumo, afetam a economia por meio da redução do desemprego. Sant'Anna, Ambrozio e Meirelles (2010), afirmam que isso acontece devido a dois fatores: pela propensão marginal a consumir dos mais pobres ser maior do que a dos mais ricos e pelo efeito cesta.

Constate-se essa propensão, ao verificar que os 50% mais pobres no Brasil despendem 122% da sua renda em consumo, contra 89% (entre 50% e 90%) e 61% (10% mais ricos), recorrendo, inclusive, ao endividamento. Dessa forma, a maior propensão marginal a consumir dos mais pobres faz com que, ao ter sua renda ampliada, a demanda efetiva é expandida gerando mais produção e emprego. O efeito cesta influencia na redução da taxa de desemprego pois, segundo os autores, as pessoas com menor nível de rendimento tendem a ter em suas cestas de consumo produtos mais intensivos em mão de obra. Esses produtos alcançam quase 40% da renda entre os mais pobres contra quase 30% entre os mais ricos. Então, da mesma forma que o fator anterior, uma ampliação do poder aquisitivo dessa camada, propicia uma maior demanda e, conseqüentemente, maiores produção e emprego.

5.3 Expansão do consumo e crescimento econômico

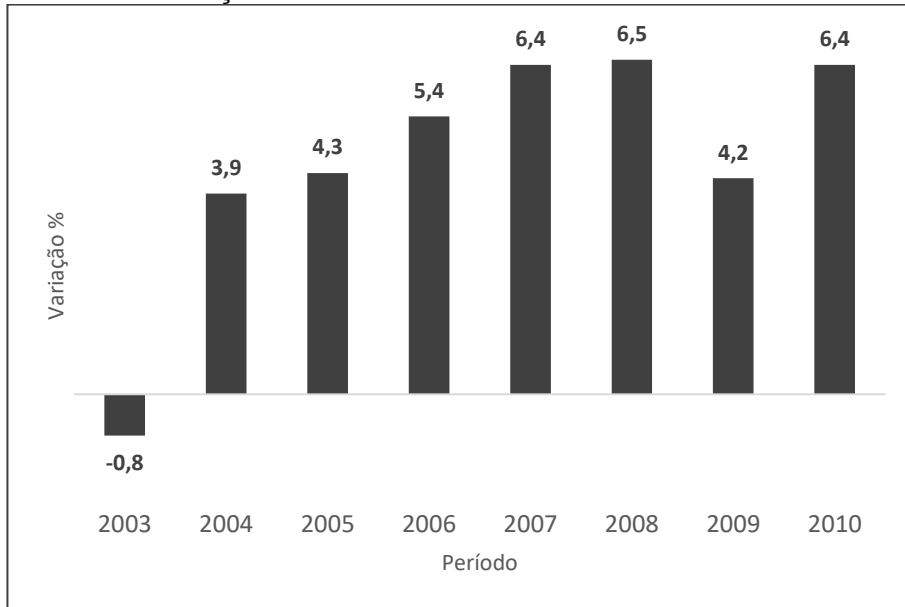
A política econômica expansiva adotada a partir do segundo ano do governo obteve êxito ao aumentar o poder de compra e a renda dos cidadãos. O mercado consumidor interno foi ampliado, as taxas de desemprego caíram, a inflação foi controlada em níveis baixos e a economia brasileira voltou a crescer.

Gráfico 13: Variação da RNB per capita - Brasil: 2003 a 2010.



Fonte: Penn World Table 9.0. Elaboração própria (2016).

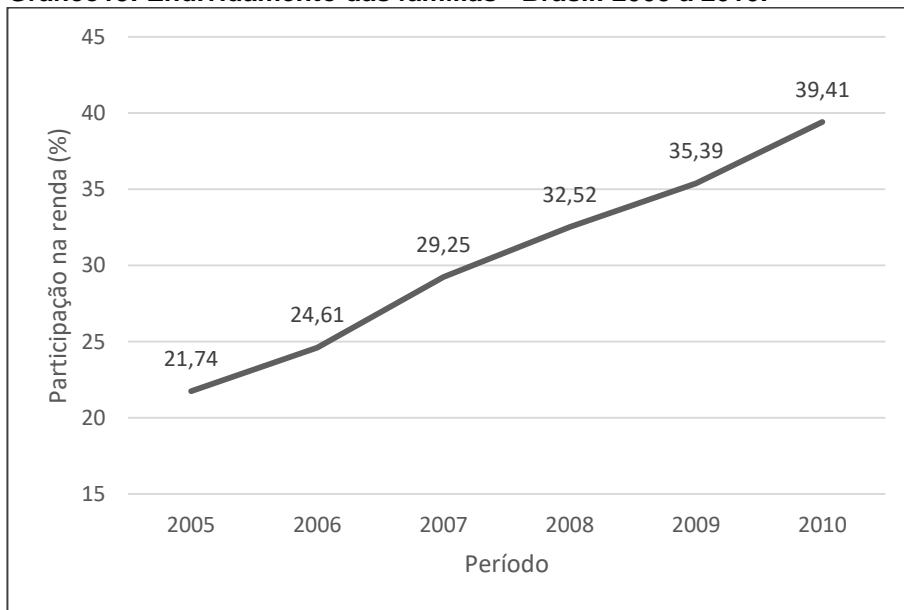
O gráfico 13 mostra que após uma pequena queda em 2003, a RNB per capita brasileira apresentou variações positivas entre os anos de 2004 e 2008, ficando entre 1,8% e 4,8%, e com média de 3,5%. A crise internacional, iniciada ao final de 2008, acabou afetando também o Brasil, que teve uma redução na RNB per capita na ordem de 1% em 2009. No ano seguinte, houve uma rápida recuperação da economia, refletindo no aumento substancial na renda, que foi de 10% em relação ao ano anterior.

Gráfico 14: Variação da taxa de consumo - Brasil: 2003 a 2010.

Fonte: Penn World Table 9.0. Elaboração própria (2016).

A ampliação do mercado interno pode ser observada pelas altas taxas de crescimento do consumo a partir da intensificação da política econômica voltada a esse fim, de acordo com o gráfico 14. Ainda com taxas de juros mais altas, o ano de 2003 apresentou a única variação negativa da série. Com o acesso ao crédito facilitado e o salário real valorizado, a taxa de consumo cresceu constantemente entre 2004 e 2010, com média de 5,3%, alcançando seu máximo em 2008, 6,5%. Inclusive durante a crise, em 2009, a taxa de consumo manteve sua trajetória de alta.

No início de 2009, a oferta de crédito por parte dos bancos privados no país começou a reduzir (MORA, 2015). No caso dos bancos nacionais, esse fato explica-se pela aversão ao risco e pela preferência pela liquidez; no dos estrangeiros, optou-se por transferir recursos à matriz. Numa tentativa de minimizar os efeitos da crise no Brasil, o Governo utilizou os bancos públicos para suprir a demanda por crédito e manter a economia aquecida.

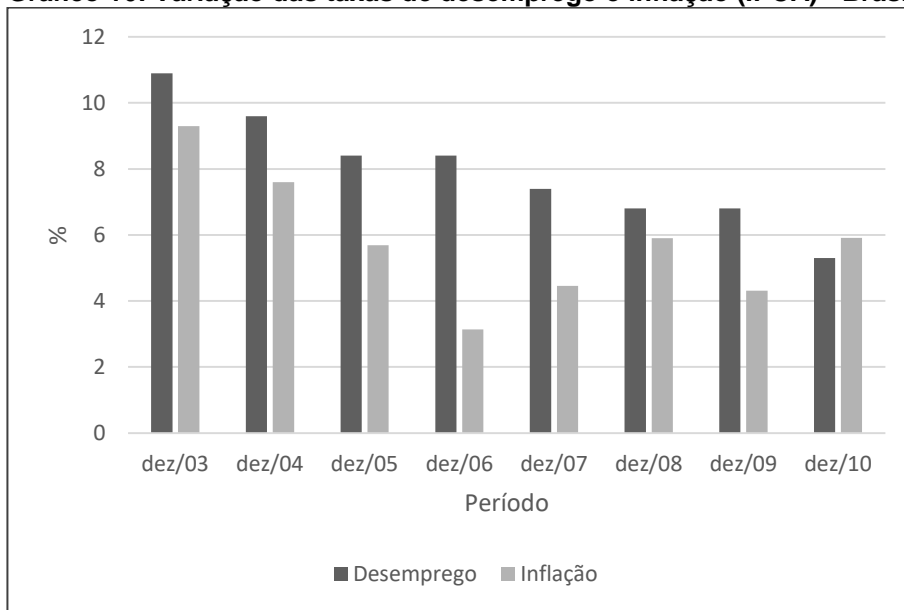
Gráfico15: Endividamento das famílias - Brasil: 2005 a 2010.

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria (2016).

O que nos leva a crer que o crédito foi utilizado para manter o consumo expandindo, que cresceu de forma mais acelerada do que a renda, é o nível de endividamento das famílias. O gráfico 15 mostra que, juntamente com a ampliação dos rendimentos reais, as famílias comprometeram mais a sua renda com endividamento. Esse nível quase dobrou no período entre 2005 e 2010, passando de 21,74% da renda para 39,41%.

Quando do aumento da oferta de crédito por parte dos bancos públicos, em 2009, essa relação variou mais de 4 p.p., sustentando as altas taxas de consumo.

Os aumentos verificados na renda e na taxa de consumo foram seguidos pela redução do desemprego e estabilidade da inflação.

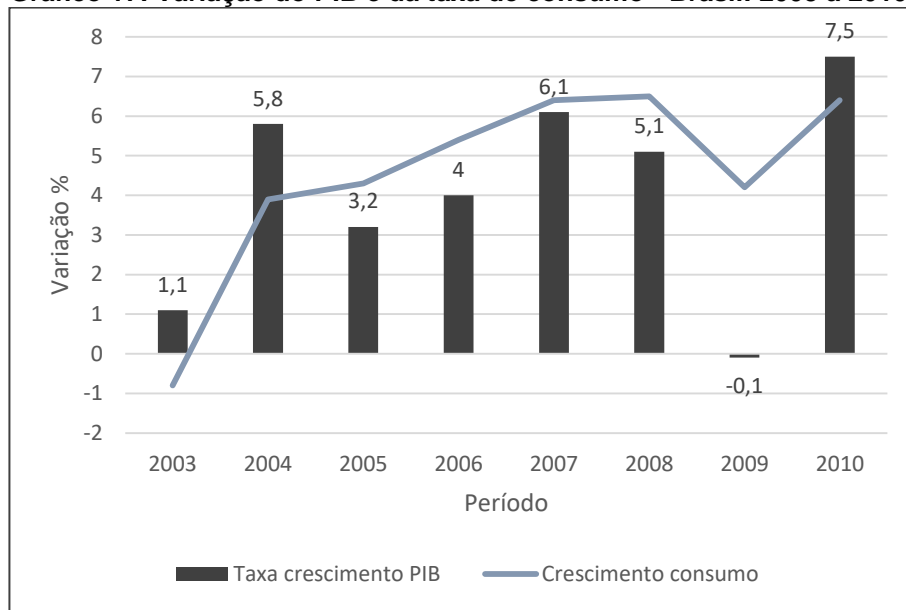
Gráfico 16: Variação das taxas de desemprego e inflação (IPCA) - Brasil: 2003 a 2010.

Fonte: IPEADATA. IBGE. Elaboração própria (2016).

Como resultado da maior propensão marginal a consumir e do efeito cesta, a maior produtividade demandada pela população pode ser traduzida pela queda na taxa de desemprego, como mostra o gráfico 16. Ao final de 2013, o percentual de desempregados era superior a 10%. Com quedas constantes, esse percentual caiu para um patamar inferior a 8% em 2007, chegando a expressiva marca de 5,3% em dezembro de 2010.

Quanto à inflação, medida pelo IPCA, somente em 2003, com índice de 9,3%, foi ultrapassado o intervalo de tolerância da meta estabelecida, que era de 8,5%. Em 2004, a inflação foi de 7,6%, não atingindo a meta prevista, mas ficando dentro do limite superior fixado em 8%. A partir de 2005, a meta foi definida em 4,5% a.a. e os limites inferior e superior em 2% (somente em 2015 os limites eram de 2,5%), com a inflação efetiva ficando no limite inferior em 2006, 2007 e 2009, nos demais anos ela obedeceu ao limite superior.

As baixas taxas de inflação foram garantidas pelo Governo ao ver o Real ser valorizado, proporcionando importações mais baratas. Manobra que só foi possível devido aos altos preços e as grandes quantidades transacionadas no mercado internacional, compensando a valorização (FLIGENSPAN, 2010).

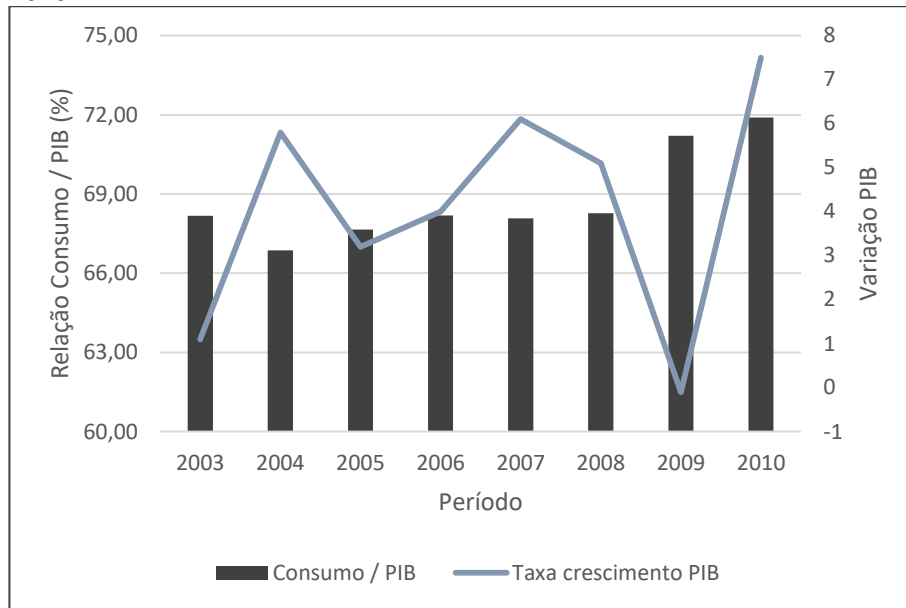
Gráfico 17: Variação do PIB e da taxa de consumo - Brasil: 2003 a 2010.

Fonte: Penn World Table 9.0. Elaboração própria (2016).

Todo o esforço do governo, via política econômica, para intensificar o consumo e ampliar o mercado interno surtiu efeito ao analisarmos a variação do PIB, como mostra o gráfico 17. Após uma tímida elevação em 2003, houve altas significantes até 2010, excetuando 2009, devido à crise internacional, onde a economia encolheu 0,1%. A média de crescimento no período foi de 4,1%, sendo superado, desde que o Plano Real fora adotado, apenas nos anos de 1995 e 2000 (4,2% e 4,3%, respectivamente). A maior variação positiva da série, 7,5%, foi a mais alta desde 1986, que apresentou o mesmo percentual.

A variação do PIB seguiu a mesma trajetória do consumo, as exceções foram os anos de 2005 e 2008, quando o PIB cresceu menos do que no ano anterior e o consumo apresentou leve alta. Nos demais anos, quando houve crescimento mais acelerado do consumo, o PIB o acompanhou, acontecendo o mesmo nos períodos de desaceleração. Em 2009, auge da crise, a maior oferta de crédito por parte das instituições públicas permitiu que a retração econômica fosse de pequena magnitude (apenas -0,1%), muito em função do consumo continuar se expandindo.

Gráfico 18: Percentual do consumo em relação ao PIB e variação do PIB - Brasil: 2003 a 2010.



Fonte: Penn World Table 7.1. Penn World Table 9.0. Elaboração própria (2016).

Como mostra o gráfico 18, o percentual do consumo na composição do PIB brasileiro se manteve entre 66% e 72%. O interessante é que em momentos de crescimento da economia, o consumo perde importância, com a relação inversa sendo verdadeira. A alta do PIB em 2004 foi acompanhada de uma participação de apenas 66,87% do consumo (a menor no período), ante uma relação de 68,17% no ano anterior. Na época da retração econômica, em 2009, mais de 71% do PIB era composto pelo consumo, caracterizando um aumento de quase 3 p.p. em relação ao ano anterior. Na série, apenas em 2006 e em 2010 essa relação não se confirmou.

Conclui-se que a política econômica expansionista promovida pelo Governo Federal, entre 2003 e 2010, de fato ampliou o mercado interno. O aumento real da renda e a maior oferta de crédito proporcionaram uma elevação nas taxas de consumo que foram sucedidas por variações positivas do PIB. No entanto, em anos de crescimento econômico se verificou uma menor participação do consumo na composição do PIB. Isso nos leva a crer que as outras variáveis da demanda agregada tiveram um peso maior em épocas de prosperidade.

6 CONCLUSÃO

Como Keynes e Kalecki afirmaram em suas teorias, o consumo sofre forte influência das oscilações verificadas na renda dos indivíduos e tem importância dentro da dinâmica econômica ao ser responsável pela definição da demanda efetiva. Em todos os países analisados, podemos observar que ambas variáveis se comportaram de forma semelhante. O PIB acompanhou a evolução das taxas de consumo e renda, mas, na maioria deles, quanto maior foi crescimento econômico, mais consumo perdeu importância na sua composição.

No Brasil, as ações do Governo Federal com o intuito de aquecer a economia via aumento do consumo, como a valorização do salário mínimo, os programas de transferência de renda e a maior oferta de moeda com conseqüente redução das taxas de juros, obtiveram êxito. A renda nacional per capita, que cresceu quase 29% no período, associada ao aumento expressivo da demanda por crédito refletiram fortemente no consumo – alta superior a 42% e média de 4,5%. Com uma melhor distribuição de renda, a maior propensão marginal a consumir dos mais pobres e o efeito cesta propiciaram uma queda gradual do número de trabalhadores desempregados, permitindo que a economia brasileira iniciasse uma espiral de crescimento, com maiores renda, consumo, produção e emprego, de modo que entre 2003 e 2010, o PIB brasileiro cresceu em média 4,1%. Da mesma forma que na maioria dos países analisados nesse trabalho, nos anos de maior crescimento econômico brasileiro, via de regra, o consumo apresentou diminuição na sua participação na composição do PIB mesmo tendo variação positiva em sua taxa. A alta de 7,5% do PIB em 2010 foi exceção a essa regra – com o consumo sendo fortemente incentivado via oferta de crédito por parte dos bancos públicos, seu percentual em relação ao PIB superou os 71%, maior patamar da série.

Após o ano de 2010, o ciclo de expansão via consumo adotado no Brasil começou a dar sinais de esgotamento com reflexos nos principais índices macroeconômicos: em 2015, a inflação ultrapassou a barreira dos 10%, a taxa de desemprego ficou em 6,9% e a taxa básica de juros chegou a 14,25%. Além disso, a renda nacional per capita e o PIB apresentaram variação negativa de 4,8% e 3,8%, respectivamente.

Para Bresser-Pereira, Marconi e Oreiro (no prelo) e Oreiro (2012), este cenário era esperado, pois o consumo não tem capacidade para liderar o crescimento econômico de forma duradoura. Para que isso ocorra deve haver um aumento gradual e constante da participação dos salários na renda, o que encontra restrição na taxa mínima de lucratividade esperada pelos empresários, abaixo da qual cessam os investimentos produtivos.

Na abordagem keynesiana, seriam os investimentos que conduziriam uma economia ao crescimento de longo prazo. Bresser-Pereira, Marconi e Oreiro (no prelo) são mais específicos e afirmam que, em países em desenvolvimento, seriam os investimentos direcionados ao setor exportador, pois um desequilíbrio no balanço de pagamentos representaria um entrave ao crescimento. Ao alcançar um patamar tecnológico parecido ao encontrado em países industrializados e com mão de obra mais barata, a maior eficiência na produção permitiria uma maior lucratividade e a poupança interna gerada a partir disso – considerando que a propensão marginal a poupar dos empresários é maior do que a dos trabalhadores – seria convertida em investimentos que impulsionariam as taxas de crescimento econômico. Entretanto, o crescimento em potencial poderia não se concretizar caso a elasticidade-renda da demanda por bens importados seja maior do que a elasticidade-renda por bens primários, situação comum em países neste estágio de desenvolvimento (exportam bens primários e importam bens manufaturados). Nesse caso, um desequilíbrio do balanço de pagamentos seria iminente e travaria o crescimento da economia, ressaltando a importância dos investimentos visando o aumento quantitativo e qualitativo das exportações.

A análise por esse prisma reflete o caso brasileiro, onde os dez produtos mais exportados, em 2015, representaram 44,57% do valor total de bens negociados com o exterior e são produtos primários, intensivos em mão-de-obra e carentes de tecnologia, como soja, minério de ferro, óleos brutos de petróleo, carnes bovina e de frango, café cru e milho em grãos, entre outros. A falta de produtos manufaturados no topo da lista de exportações brasileiras resultou em déficits na balança comercial desde 2010, sendo em 2015 superior a US\$ 19 bilhões.

Assim, a incapacidade de o consumo liderar um crescimento econômico de longo prazo e a manutenção das commodities, intensivas em mão-de-obra de baixa qualificação, como principais produtos exportados seriam as razões pelas quais o ciclo

de crescimento brasileiro iniciado na última década tenha sido interrompido, sendo necessários maiores investimentos, que resultem em uma mudança na pauta exportadora, para que o próximo ciclo de crescimento econômico no Brasil tenha maior duração.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Victor Leonardo de. **Preferência pela liquidez dos bancos públicos no ciclo de expansão do crédito no Brasil: 2003-2010** [Texto para discussão 1717]. IPEA. Brasília, jan./2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11058/1235>>. Acesso em: 08/10/2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Sistema Gerenciador de Séries Temporais – v2.1. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em 17/10/2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Da macroeconomia clássica à macroeconomia keynesiana**. São Paulo, versão revisada em maio de 1976 de apostila publicada originalmente em abril de 1968, “Da microeconomia à macroeconomia keynesiana”. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1976/841-Da-macro-cl%C3%A1ssica-%C3%A0-macro-keynesiana.pdf>>. Acesso em: 29/04/2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; MARCONI, Nelson; e OREIRO, José Luís. Desenvolvimento puxado pela demanda. **Capítulo 3 de *Structuralist Development Macroeconomics***, Londres: Routledge, no prelo. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers-cursos/Cap.3-Desenvolvimento_puxado_pela_demanda.pdf>. Acesso em: 29/04/2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico**. Lua Nova [online], São Paulo, n. 93, pp. 33-60, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452014000300003>>. Acesso em: 29/04/2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crescimento e desenvolvimento econômico**. Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Versão de junho de 2008. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2007/07.22.CrescimentoDesenvolvimento.Junho19.2008.pdf>>. Acesso em: 29/04/2016.

DIEESE. **Política de valorização do salário mínimo**. Nota técnica 153, São Paulo, dez./2015. Atualizada em janeiro de 2016. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2015/notaTec153SalarioMinimo2016.pdf>>. Acesso em: 05/10/2016.

FLIGENSPAN, Flávio Benevett. **Plano Real: da estabilidade à necessidade de crescer**. UFRGS, Porto Alegre, 2010 [mimeo].

HILLBRECHT, Ronald. **Economia monetária**. Atlas, São Paulo, 1999.

IBGE. Séries Históricas e Estatísticas. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=1&no=1>. Acesso em: 02/10/2016.

IPEADATA. Taxa de Desemprego (Pesquisa Mensal de Emprego – IBGE). Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38401>>. Acesso em: 02/10/2016.

KEYNES, John Maynard. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. Relógio D'Água Editores, Lisboa, Portugal, 2010.

KLAGSBRUNN, Victor Hugo. **O princípio da demanda efetiva (a esperada), e o papel da demanda na teoria geral de Keynes**. Revista de Economia Política, vol. 16, no. 4 (64): 50-66, out./dez. 1996. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/64-4.pdf>>. Acesso em: 20/05/2016.

LIMA, João Heraldo. **Salários e demanda agregada em Keynes, Kalecki e Marx**. Ensaios FEE, Porto Alegre, 4 (1): 91-110, 1983. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/287/498>>. Acesso em: 17/08/2016.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. **A interrupção do ciclo de consumo no Brasil**. Gazeta do Povo. 03/02/2015. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/opinia0/a-interruptao-do-ciclo-de-consumo-no-brasil-ejjh62v0ig2qnu7icew3qf2m>>. Acesso em: 08/10/2016.

LUNDBERG, Eduardo Luís. **Bancos oficiais e crédito direcionado – O que diferencia o mercado de crédito brasileiro?**. Banco Central do Brasil [Texto para discussão 258], Brasília, nov./2011. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/TD258.pdf>>. Acesso em: 12/10/2016.

MANKIWI, N. Gregory. **Introdução à economia**. 5ª. Edição, Cengage Learning, São Paulo, 2009.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. Balança Comercial Brasileira. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/component/content/article?layout=edit&id=1185>>. Acesso em: 05/11/2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO. Painel de Acompanhamento da Conjuntura e de Programas Sociais. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/MONIB2/index_all_drop_down.php?p_id=418&p_ferramentas=1&p_sem_legenda=0&p_encontro=0>. Acesso em: 05/10/2016.

MORA, Mônica. **A evolução do crédito no Brasil entre 2003 e 2010**. IPEA [Texto para discussão 2022], Rio de Janeiro, jan./2015. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3537/1/td2022.pdf>>. Acesso em: 16/10/2016.

PENN WORLD TABLE 7.1. Disponível em: <<https://knoema.com/PWT2012/penn-world-table-7-1>>. Acesso em: 01/10/2016.

PENN WORLD TABLE 9.0. Disponível em <<https://knoema.com/PWT2015/penn-world-table-9-0>>. Acesso em: 01/10/2016.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL. Consultas Temáticas: Transferência de recursos ou gastos diretos do governo por temas – Bolsa Família. <www.portaldatransparencia.gov.br>. Acesso em: 04/10/2016.

POSSAS, Mario Luiz. **Demanda Efetiva, Investimento e Dinâmica – A atualidade de Kalecki para a Teoria Macroeconômica**. Revista Econômica Contemporânea, Rio de Janeiro, 3(2): 17-46, jul./dez. 1999. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%203/REC_3.2_02_Demanda_efetiva_investimento_e_dinamica_a_atualidade_de_kalecki.pdf>. Acesso em: 15/08/2016.

OREIRO, José Luís. **Novo-desenvolvimentismo, crescimento econômico e regimes de política macroeconômica**. Estudos Avançados, v. 26, n. 75. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/eav/article/view/39482/42366>>. Acesso em: 04/11/2016.

RESENDE, Anne Caroline Costa; de OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto Camilo. **Avaliando os resultados de um programa de transferência de renda: o impacto do Bolsa-Escola sobre os gastos das famílias brasileiras**. Estudos Econômicos, vol.38, no.2, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612008000200002>. Acesso em: 10/09/2015.

SANT'ANNA, André Albuquerque; AMBROZIO, Antônio Marcos Hoelz; MEIRELLES, Beatriz Barbosa. **Redistribuição de renda e a recuperação do mercado de trabalho brasileiro**. BNDES, Visão do Desenvolvimento 85, set./2010.

SOARES, Fábio Veras; SOARES, Sergei; MEDEIROS, Marcelo; OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade**. IPEA [Texto para discussão 1228], Brasília, out/2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1228.pdf>. Acesso em: 15/10/2016.